

**ROSÂNGELA MARIA NEGRI FERRÃO PAGNOTA**

**ESTRESSE E *COPING* EM PROFISSIONAIS  
DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS**

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

**ROSÂNGELA MARIA NEGRI FERRÃO PAGNOTA**

**ESTRESSE E *COPING* EM PROFISSIONAIS  
DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Professora Doutora Helena Bazanelli Prebianchi.

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa – CRB 8/7313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t152.43 Pagnota, Rosângela Maria Negri Ferrão.  
P139e Estresse e coping em profissionais de abrigos institucionais /  
Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota. - Campinas: PUC-Campinas,  
2018.  
97 f.  
Orientadora: Helena Bazanelli Prebianchi.  
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.  
Inclui anexo e bibliografia.

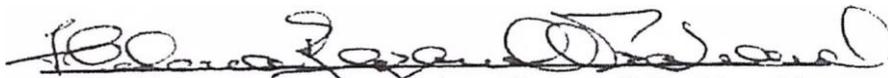
1. Stress (Psicologia). 2. Cuidadores. 3. Abrigo para desabrigados.  
4. Ajustamento (Psicologia). 5. Psicologia - Avaliação. I. Prebianchi,  
Helena Bazanelli. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.  
Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

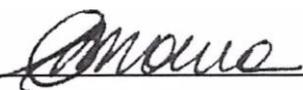
CDD 18. Ed. – t153.43

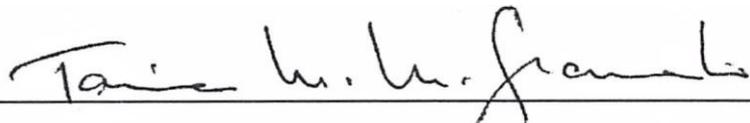
**ROSÂNGELA MARIA NEGRI FERRÃO PAGNOTA**

**ESTRESSE E *COPING* EM PROFISSIONAIS  
DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS**

**BANCA EXAMINADORA**

  
Presidente Profa. Dra. Helena Bazanelli Prebianchi

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Cynthia Borges de Moura

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

“O esperado das ações de acolhimento e proteção de crianças e adolescentes serve também para reger os cuidados aos trabalhadores, que desta forma poderão realizar seu trabalho gerando saúde como potência de ação em duas direções: para si, que cuida, e para o outro, que é cuidado.”

Professora Doutora Maria Dionísia do Amaral Dias (2016).

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a todos os profissionais de abrigos e do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, por acreditarem que é possível um final feliz.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, ao Mestre Jesus e à Mãe Maria, por estarem comigo nessa caminhada, permitindo o acesso ao conhecimento e a superação de todos os obstáculos.

À Professora Doutora Helena Bazanelli Prebianchi por me acolher e caminhar comigo durante todo o mestrado, demonstrando o quanto era possível essa conquista, minha gratidão.

À minha filha Leticia por estar ao meu lado em todos os meus sonhos.

Às Professoras Doutoras Letícia Lovatto Dellazzana Zanon e Nely Aparecida Guernelli Nucci, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

Ao Professor Doutor Wagner de Lara Machado e ao meu marido Danilo Pagnota por me auxiliarem nas análises estatísticas deste estudo.

À minha família, principalmente a meu pai (em memória) por me mostrar a importância do conhecimento e o uso deste em benefício do-outro.

Aos amigos que sempre me apoiam principalmente a minha querida amiga Andreia de Almeida Schulte, que esteve sempre presente e a disposição compartilhando seu conhecimento comigo durante toda essa trajetória.

Às secretárias do programa de Pós- Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Elaine e Maria Amélia por serem tão generosas e prestativas durante esses dois anos.

Aos abrigos institucionais e os participantes por permitirem minha entrada nesse contexto e colaborarem com este estudo.

À entidade financiadora CNPq, pela bolsa de estudo.

À todos que de alguma maneira contribuíram para que esse sonho se transformasse em realidade.

À todos vocês, minha gratidão.

## RESUMO

Pagnota, Rosângela Maria Negri Ferrão. Estresse e *Coping* em profissionais de abrigos institucionais. 2018. 97f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2018.

Esta pesquisa objetivou verificar e analisar os níveis de estresse percebido e as estratégias de *coping* dos profissionais de abrigos institucionais. Trata-se de um estudo empírico, descritivo e correlacional, com amostra intencional de 45 profissionais de contato direto e indireto com abrigados, em quatro abrigos institucionais. Utilizaram-se quatro instrumentos: Ficha de caracterização do abrigo institucional, Ficha de Caracterização do Participante, *Impact of Event Scale* e COPE Breve. Os dados obtidos foram analisados no software *Statistical Package for the Social Sciences*. Para a análise dos resultados foi utilizada a estatística descritiva: análise das médias, desvio padrão, valores máximo e mínimo das pontuações nas subescalas de *coping*, e também inferencial: análise de regressão linear, testes não paramétricos (*Mann-Whitney*) e correlação de *Spearman*, considerando a natureza e a distribuição dos escores. Na análise dos dados, foi utilizada a distribuição de participantes para caracterizar a amostra, através das variáveis sociodemográficas. Os resultados demonstraram que os níveis de estresse percebido foram maiores nos participantes de abrigos institucionais filantrópicos de contato direto com abrigados. A estratégia de *coping* mais utilizada foi o *coping* focalizado no problema em ambos os abrigos e, a estratégia de *coping* com maior correlação com o estresse foi o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo. As variáveis preditoras de estresse foram o tipo de abrigo, a jornada de trabalho, a escolaridade e o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo. Conclui-se que somente a avaliação da saúde dos profissionais de abrigos,

poderá gerar ações e políticas adequadas a ela dirigidas e detectar as necessidades de aprimoramento e programas de capacitação profissional, contribuindo na qualidade da assistência às crianças e adolescentes abrigados.

**Palavras-chave:** Abrigo; Acolhimento; Cuidadores; Estresse; Enfrentamento; *Coping*.

**Apoio:** CNPq (bolsa mestrado)

**Área de Conhecimento (CNPq):** 7.07.00.00-1 – Psicologia, 7.07.10.00-7 Tratamento e Prevenção Psicológica.

## **Abstract**

Pagnota, Rosângela Maria Negri Ferrão. Stress and Coping in institutional shelter professionals. 2018. 97f. Dissertation (Master in Psychology) - Pontifical Catholic University of Campinas, Center for Life Sciences, Postgraduate Program in Psychology, Campinas, 2018.

This research aimed to verify and analyze the levels of perceived stress and coping strategies of professionals from institutional shelters. This is an empirical, descriptive and correlational study, with an intentional sample of 45 direct and indirect contact professionals with shelters in four institutional shelters. Four instruments were used: Characterization sheet of the institutional shelter, Participant Characterization Sheet, Impact of Event Scale and COPE Brief. The data obtained were analyzed in the software Statistical Package for the Social Sciences. Descriptive statistics were used: analysis of means, standard deviation, maximum and minimum values of coping subscales, as well as inferential: linear regression analysis, non-parametric tests (Mann-Whitney) and Spearman's correlation, considering the nature and distribution of the scores. In the analysis of the data, the distribution of participants was used to characterize the sample, through the sociodemographic variables. The results demonstrated that the perceived stress levels were higher in the participants of philanthropic institutional shelters of direct contact with shelters. The coping strategy most used was coping focused on the problem in both shelters, and the coping strategy with the highest correlation with stress was coping focused on emotion and maladaptation. The predictive variables of stress were the type of shelter, the working day, the schooling and the coping focused on the emotion and maladaptive. It was concluded that only the assessment of the health of shelter workers can

generate appropriate actions and policies directed to them and detect the needs for improvement and professional training programs, contributing to the quality of care for sheltered children and adolescents.

**Keywords:** Shelter; Reception; Caregivers; Stress; Coping; Coping.

**Support:** CNPq (master's scholarship)

**Area of Knowledge (CNPq):** 7.07.00.00-1 - Psychology, 7.07.10.00-7 Treatment and Psychological Prevention.

## Sumário

1. Introdução .....	19
1.1 Aspectos históricos sobre proteção social no Brasil .....	20
1.2 Novas perspectivas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ..	23
1.3 Tipificação do serviço socioassistencial .....	24
1.4 Equipe de profissionais, crianças e adolescentes: relações interpessoais .....	29
1.5 Estresse e <i>Coping</i> .....	32
2. Objetivo .....	36
2.1 Objetivo Geral .....	36
2.2 Objetivos específicos .....	36
3. Método .....	37
3.1 Participantes e locais de coleta de dados .....	37
3.1.1 Critérios de inclusão e exclusão .....	38
3.1.2 Processo de composição da amostra .....	38
3.2 Material e instrumentos.....	44
3.3 Procedimentos .....	48
3.3.1 Contato com os abrigos institucionais .....	48
3.3.2 Aplicação dos instrumentos .....	49
3.4 Processamento e análise de dados .....	50
3.5 Questões éticas .....	52
4. Resultados .....	53
4.1 Caracterização dos profissionais dos abrigos institucionais .....	53
4.2 Descrição dos níveis de estresse .....	57
4.3 Descrição do estilo e/ou estratégia de <i>coping</i> mais utilizado pelos	

profissionais .....	59
4.4 Regressão Linear para os fatores preditores de estresse .....	61
4.5 Correlações entre o estresse e os de estilo e/ou estratégias de <i>coping</i> .....	63
4.6 Análises entre os grupos de participantes de contato direto e indireto com abrigados e entre os tipos de abrigo (filantrópico e OSCIP) de acordo com os escores da <i>Impact of Event Scale</i> (IES) e o COPE Breve .....	64
5. Discussão .....	68
6. Considerações finais .....	79
7. Referências .....	81
Apêndices .....	89

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Composição da Equipe de Profissionais do Abrigo Institucional.....	27
Tabela 2. Composição da Infraestrutura do Abrigo Institucional.....	28
Tabela 3. Características dos abrigos institucionais infantojuvenis.....	40
Tabela 4. Características da amostra.....	41
Tabela 5. Características relacionadas ao trabalho dos profissionais.....	43
Tabela 6. Definição das 14 escalas do COPE Breve.....	46
Tabela 7. Intensidade das associações entre variáveis para coeficientes de correlação positivos e negativos.....	51
Tabela 8. Caracterização dos grupos de profissionais.....	54
Tabela 9. Níveis de estresse por tipo de abrigo institucional e grupos de profissionais.	57
Tabela 10. Distribuição dos estilos e/ou estratégias de <i>coping</i> .....	59
Tabela 11. Médias e desvio padrão dos <i>coping</i> de participantes de contato direto e indireto de abrigos filantrópicos.....	60
Tabela 12. Médias e desvio padrão dos <i>coping</i> de participantes de contato direto e indireto de OSCIPS.....	61
Tabela 13. Regressão Linear: variáveis preditoras do estresse.....	62
Tabela 14. Correlação de <i>Spearman</i> entre estilo e/ou estratégia de <i>coping</i> e estresse....	63
Tabela 15. Teste <i>Mann-Whitney</i> entre os grupos de participantes de contato direto e indireto com abrigados.....	64
Tabela 16. Teste <i>Mann-Whitney</i> entre os tipos de abrigos: filantrópico e OSCIP.....	65

## Lista de Siglas

CEP - Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual do Bem- Estar do Menor

Fórum CDA - Fórum Permanente de Defesa da Criança e Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

IES - *Impact of Event Scale*

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/ Serviço Único de Assistência Social

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PIA - Plano Individual de Atendimento

PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SUAS - Serviço Único de Assistência Social

TCI - Termo de Consentimento Institucional

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## **Apresentação**

O interesse pelos temas relativos às pessoas em situação vulnerável sempre esteve presente na minha vida pessoal e acadêmica. Durante o curso de Psicologia ampliei meu trabalho social como voluntária e organizei campanhas que motivassem outros colegas a se interessarem por esse tema.

Nos dois últimos anos de graduação, mantive contato direto com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e suas famílias. A partir daí senti necessidade de aprofundar meus conhecimentos sobre o processo de destituição familiar. Interessei-me em compreender como ocorre a entrada de crianças e adolescentes nos abrigos, a dinâmica do acolhimento institucional, quais seriam as angústias, as incertezas que permeiam tal contexto e como os profissionais lidam com os trâmites legais.

Foi nessa busca que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas com interesse específico pelo grupo de pesquisa Psicologia da Saúde e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente.

Uma vez inserida no grupo de pesquisa acima citado, iniciei, por um lado, as leituras sugeridas por minha orientadora e, por outro, dei continuidade às minhas pesquisas sobre o assunto. Dessa forma, conheci alguns aspectos relativos às equipes profissionais que trabalham nos abrigos e enfrentam, no seu dia a dia, as dificuldades decorrentes de um sistema burocrático, que por vezes, delega exclusivamente às instituições e aos seus profissionais, a responsabilidade pelo desfecho das histórias dos acolhidos.

Outra constatação foi que, na maioria das vezes, os estudos sobre tal tema se voltam para a situação de vulnerabilidade e desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados, para a condição socioeconômica de suas famílias e para as políticas públicas. Poucos trabalhos abordam as equipes profissionais dos abrigos e/ou os aspectos psicológicos dessa população.

Notar essa escassez fez aumentar ainda mais o meu interesse em conhecer os aspectos que envolvem as práticas dos profissionais dos abrigos institucionais infantojuvenis. Ao propor um estudo abarcando essa temática, tendo como objetivo investigar se os eventos estressores e o *coping* se fazem presentes diretamente no cotidiano profissional e na vida das equipes de abrigos, surge a possibilidade de contribuir para a avaliação da saúde dos participantes e possíveis ações a ela dirigidas, contribuindo com a qualidade da assistência aos abrigados.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda aspectos históricos sobre a proteção social de crianças e adolescentes vulneráveis desde o Brasil colônia até os dias atuais, indicando a construção das leis vigentes que garantem os direitos desses cidadãos: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) e a Lei de Adoção (Lei nº 12.010/09). Também são apresentadas as diversas resoluções e diretrizes aprovadas para regulamentar os serviços a serem prestados, a composição das equipes de profissionais e a estrutura física dos abrigos institucionais.

Ainda no primeiro capítulo, estão descritos os estudos relacionados ao estresse, a partir da definição proposta por Selye (1956) até as contribuições de Lipp (2002). Além disso, o capítulo trata do *coping* a partir dos estudos realizados por Carver, Scheier e Weintraub (1989) e Lazarus e Folkman (1984), dentre outras referências teóricas.

O segundo capítulo está dividido em duas partes. A primeira apresenta o objetivo geral e os específicos deste trabalho. A segunda apresenta a metodologia empregada para a coleta de dados, o perfil dos participantes e os critérios de inclusão e exclusão e, por fim, a descrição dos instrumentos utilizados, a saber: Ficha de caracterização do abrigo institucional infantojuvenil, Ficha de caracterização do participante, a escala *Impact of Event Scale* (IES) e o COPE Breve.

As análises do material coletado estão expostas no quarto capítulo, conforme os objetivos específicos desta pesquisa e foram discutidas baseadas nos resultados e na teoria escolhida para embasamento desse trabalho. Finalmente, o quinto capítulo se refere às considerações finais desta pesquisa e o olhar para a questão dos profissionais em abrigos institucionais infantojuvenis.

## 1. Introdução

Uma das medidas de proteção em casos de negligência e violação de direitos infantojuvenis tais como: saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, respeito, dignidade, liberdade, convivência familiar, social e principalmente à vida, determinados pelo Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8069 (ECA, 1990), é o acolhimento institucional. Essa medida, no entanto, é descrita como excepcional e provisória, a ser tomada em última instância, de acordo com o proposto pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS, 2013).

Legalmente, o ECA (1990) e a Lei de Adoção (2009) utilizam o termo *acolhimento institucional*. Na literatura consultada para este trabalho, foi identificado o uso de várias denominações para designar as entidades que oferecem proteção à crianças e adolescentes, a saber: “instituições”, “abrigo”, “instituições de abrigo”, “acolhimento institucional”, “instituições de acolhimento” e “abrigos residenciais”.

Todavia, neste trabalho, foi adotado o termo “Abrigo Institucional”. Tal distinção foi necessária para diminuir equívocos no decorrer do texto devido ao termo “acolhimento” ser utilizado na Psicologia com o significado de acolher/escutar o paciente e sua demanda, buscando auxiliá-lo no processo terapêutico, eticamente (SNAS, 2013; Silva & Mello, 2004).

Para assegurar que crianças e adolescentes em situação de abrigamento tenham suas necessidades e direitos garantidos, diversos profissionais, tais como: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educador/cuidador e funcionários ligados a órgãos municipais, participam desse processo diretamente. Logo, a função do abrigo institucional é a de garantir condições para o desenvolvimento das crianças e adolescentes em termos de segurança, cuidados e a possibilidade de reinserção em suas famílias de origem ou, quando

se esgotarem todas as tentativas desse retorno, serem encaminhadas para uma nova família (Lei nº 12.010, 2009).

O contato diário com os abrigados faz com que os profissionais também estejam em contato com as incertezas, insatisfações, conflitos, dificuldades de relacionamentos e situações estressoras que eles vivenciam, além das suas próprias necessidades pessoais. No entanto, a literatura científica apresenta poucos estudos sobre os aspectos que envolvem a prática profissional como, por exemplo, o nível de estresse e as estratégias de *coping* utilizadas.

O foco das investigações é, na maior parte das vezes, os abrigados e suas famílias e, diante desses fatos, se faz necessário apresentar a história dos profissionais dos abrigos infantojuvenis, considerando o contexto e também todos seus atores sociais: crianças, adolescentes, famílias, equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e, por fim, os eventos estressores presentes nesses locais.

Aprofundando o conhecimento sobre os profissionais que atuam em abrigos institucionais infantojuvenis, busca-se contribuir com a qualificação das práticas e das relações nesse contexto.

### **1.1 Aspectos históricos sobre proteção social no Brasil**

No decorrer da história de proteção social brasileira, foram criadas, gradativamente, políticas públicas e serviços que oferecessem assistência às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O abandono infantil era algo comum no Brasil colonial e a Coroa portuguesa, para resolver essa questão, determinou que a responsabilidade por essas crianças abandonadas fosse das Santas Casas de Misericórdia,

não havendo nenhuma ação ou interferência do Estado nessa prática (Siqueira & Dell’Agllo, 2006).

Ao longo do tempo, e com as mudanças sociais, o sistema de proteção às crianças e adolescentes foi sendo transformado e, em meados de 1942, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi criado baseado em um modelo correcional-repressivo, ligado ao Ministério da Justiça. Nesse serviço, as crianças e adolescentes eram submetidos a rotinas, regras, trabalhos e métodos disciplinares como se fossem adultos inseridos no sistema penitenciário (Baptista, 2010; Siqueira & Dell’Agllo, 2006).

Diante de práticas que pouco auxiliavam o desenvolvimento dos menores desfavorecidos, os órgãos públicos buscaram rever o modelo assistencial em vigor e, em 1964 foi estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), coordenada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), por meio da Lei nº 4.513/64 (Silva & Mello, 2004).

Ao contrário do que estava estabelecido no Art. 6 da Lei 4.513/64, que determinava: a) programas de assistência ao menor e suas famílias; b) criação de instituições visando oferecer oportunidades para o retorno à família ou sociedade; c) atendimento de acordo com as características de cada região do país e da comunidade local (Silva & Mello, 2004), a PNBEM estabeleceu um conjunto de medidas que considerava as crianças e adolescentes uma questão de segurança nacional.

Como consequência, as diretrizes dessa nova política proposta para o exercício da FUNABEM não foram plenamente cumpridas, uma vez que a ênfase recaía apenas na retirada dos “menores marginalizados” do convívio social, sem nenhuma preocupação de como seria realizada a assistência a essas crianças, adolescentes e suas famílias (Ferreira, 2016; Silva & Mello, 2004).

Nessa mesma linha de políticas públicas, em 1979, foi aprovado o Código de Menores (Lei nº 6.697), o qual não diferenciava *delinquentes* de menores em situação de abandono e vulnerabilidade social, delegando à FUNABEM, por meio da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), o papel de abrigar essas crianças e adolescentes. Esse modelo assistencialista, correccional e repressivo de atendimento, por vezes, separou irmãos e ocasionou distanciamento tanto familiar quanto comunitário, demonstrando mais uma vez a falta de cuidado e preocupação com o desenvolvimento dos abrigados (Dias & Silva, 2012; Ferreira, 2016).

Em meados de 1980, despontaram vários movimentos sociais no Brasil em defesa das crianças e adolescentes e na esfera internacional, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Como consequência desses movimentos, houve a inclusão de cláusulas específicas na Constituição Federal Brasileira de 1988 com a função de reverter a situação de abandono nessa área da proteção social (Baptista, 2010; Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

A partir de 1988 até 1990, novas conquistas de direitos asseguraram a proteção integral e o reconhecimento das crianças e adolescentes como cidadãos e a Lei nº 8.069 estabeleceu todos os direitos desses cidadãos através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atualmente, há a garantia de direitos como: ter uma família, saúde, alimentação, escola, respeito e direito à vida. E independentemente da sua condição, a obrigatoriedade de receber assistência moral, material, jurídica e proteção integral, garantindo desta maneira sua dignidade, respeito e liberdade, que são condições necessárias para o desenvolvimento pleno de sua personalidade (Lei nº 8.069, 1990; Silva & Mello, 2004).

## **1.2 Novas perspectivas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente**

De acordo com o ECA, a priorização da convivência familiar e comunitária deve ser prioridade a ser mantida e garantida, salvo quando houver a necessidade de um afastamento provisório da família de origem devido à falta de condições básicas para garantir a segurança e o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069, 1990; Rizinni & Rizinni, 2004).

Nesse sentido, para garantir os interesses dessas crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, cabe aos órgãos de defesa que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) decidir pelas medidas e intervenções necessárias. Das nove medidas protetivas estabelecidas pelo ECA, o abrigo institucional é a sétima medida protetiva, de caráter provisório e excepcional, sem privação de liberdade e do convívio familiar (Lei nº 8.069, 1990; Ferreira, 2016).

Assim, é possível compreender que, da retirada dos filhos à destituição da família, o processo é longo e, principalmente, permeado de muitas dúvidas e sofrimento para todos os envolvidos. O trâmite se inicia com a denúncia sobre direitos violados das crianças e/ou adolescentes e, como medida pertinente, os pais ou responsáveis recebem acompanhamento temporário. Durante esse período devem ser oferecidas condições por meio de políticas públicas para a superação de problemas socioeconômicos e a preservação dos laços familiares, buscando sempre a garantia dos direitos estabelecidos pelo ECA (Lei nº 12.010, 2009; Silva & Mello, 2004).

A reinserção da criança e do adolescente em suas famílias de origem deve ser a prioridade dos abrigos institucionais, vale dizer, que esse é um ponto em destaque nesse processo. De acordo com a nova Lei Nacional de Adoção, Lei nº 12.010, um período máximo de dois anos é determinado para se esgotarem todas as possibilidades de

reinserção e reintegração dos abrigados em suas famílias de origem. Somente após esse prazo é que se inicia a busca por uma família extensa ou substituta (Lei nº 12.010, 2009).

Em casos nos quais as medidas protetivas se esgotaram, a permanência sob a guarda da justiça em instituições de abrigamento deverá oferecer todas as condições estruturais e uma equipe profissional capacitada para o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes que ali permaneçam até serem adotados ou completarem dezoito anos.

### **1.3 Tipificação do Serviço Socioassistencial**

Para garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, em 2009 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da resolução nº 109, aprovaram a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Tal resolução organizou níveis de complexidade do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), são eles: a) Proteção Social Básica, destinado à proteção e atendimento à família, fortalecimento de vínculos e proteção domiciliar a pessoas idosas e deficientes; b) Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinado ao serviço especializado de proteção a famílias, indivíduos, cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua; c) Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado ao acolhimento institucional e suas modalidades: abrigo, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva, república, família acolhedora, proteção em situações de emergência e calamidades públicas (SNAS, 2013).

Servindo aos interesses desta pesquisa, retorno ao abrigo institucional, enquadrado no Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade cuja organização, diretrizes

e objetivos são baseado no ECA (1990) e nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Tais abrigos devem estar inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e desenvolvendo programas que atendam às necessidades do município em que estão instalados, ressaltando que o serviço é de caráter provisório para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos (SNAS, 2013).

Os abrigos podem ser definidos como: filantrópicos e Organizações da Sociedade de Interesse Público (OSCIPS). Os primeiros são organizações filantrópicas e beneficentes voltadas para assistência social, sem fins lucrativos e princípio da prática de caridade, não devendo ser confundidas com organizações não governamentais (ONGs), descritas como: sociedade civil, sem fins lucrativos, comprometidas com a transformação social. As OCIPS são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas há no mínimo três anos, funcionando regularmente e atendem os requisitos determinados pela Lei nº 9.790 (1999), podem firmar parcerias com o Poder Público: federal, estadual ou municipal, para execução de atividades relacionadas a interesses públicos, como a assistência social (Art. 3º, Lei nº 9.790, 1999).

Outros fatores que devem ser respeitados pelos abrigos são: ter um aspecto semelhante a uma residência, sem identificação, próximo à realidade geográfica, socioeconômica da comunidade de origem das crianças e adolescentes, sempre mantendo a discricção e segurança para os acolhidos, ou seja, remontar o máximo possível um local familiar para essas crianças e adolescentes (Resolução nº 109, 2009).

Já a composição da equipe profissional foi regulamentada pela Resolução nº 130, de 2005 do Conselho Nacional de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) e as características internas devem estar de acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução nº 109, 2009). Para melhor visualização e

compreensão, foram construídas a Tabela 1 e a Tabela 2 em que descrevem como devem ser ambas as composições.

Tabela 01.

## Composição da Equipe de Profissionais do Abrigo Institucional

	<b>Perfil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Principais Atividades Desenvolvidas</b>
Coordenador	Nível superior e experiência na área. Conhecimento amplo: políticas públicas, rede de serviços, rede de proteção à infância e juventude.	01 profissional	Gestão da instituição. Elaboração, organização, supervisão do projeto político-pedagógico e práticas, juntamente com a equipe técnica e colaboradores. Negociação junto à rede de serviços e ao Sistema de Garantia de Direitos.
Equipe Técnica	Nível superior (psicólogo e assistente social). Experiência com crianças, adolescentes e famílias em situação de risco.	02 profissionais para até 20 crianças e adolescentes. Carga horária mínima: 30 horas semanais.	Elaboração, em conjunto com o/a coordenador (a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço. Auxílio na seleção, capacitação, acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos educadores/cuidadores. Acompanhamento psicossocial, elaboração/organização dos prontuários dos acolhidos, estendendo ações as suas respectivas famílias, para uma possível reintegração familiar. Planejamento, elaboração, encaminhamento e discussão junto à rede de serviços, autoridade judiciária, Ministério Público sobre as intervenções necessárias, acompanhamentos, relatórios semestrais, sobre as crianças e adolescentes, suas famílias e, as possibilidades de reintegração familiar, aplicação de novas medidas socioeducativas, encaminhamento para adoção após esgotarem todos os recursos de reintegração familiar. Mediação, preparação da criança e adolescente, com auxílio dos cuidadores/educadores, na aproximação, construção e fortalecimento do vínculo com a família de origem. Nos casos de destituição familiar auxiliar no mesmo processo de desligamento da família e em relação à família adotiva a construção de um novo vínculo.
Educador/ cuidador	Formação Mínima: Nível médio e capacitação específica. Experiência em atendimento a crianças e adolescentes.	01 profissional por turno, para até 10 crianças e adolescentes. Se houver acolhidos com necessidades especiais, a proporção será: 01 cuidador para 08 acolhidos, quando houver 01 com necessidades específicas; 01 cuidador para 06 acolhidos, quando houver 02 ou mais acolhidos com necessidades específicas.	Cuidados básicos: alimentação, higiene e proteção. Organização do espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento dos acolhidos, mantendo registros individuais de cada um, preservando a história de vida destes. Auxílio aos acolhidos para lidarem com suas histórias de vida, na construção da identidade, de autoestima. Acompanhamento nas atividades diárias, nos serviços de saúde, escola. Auxílio na preparação do acolhido para o desligamento a família de origem e da instituição em casos de adoção. Sempre acompanhado de perto por um profissional da equipe técnica.
Auxiliar educador/ cuidador	de Formação Mínima: Nível fundamental e capacitação específica. Experiência em atendimento a crianças e adolescentes.	01 profissional por turno, para até 10 crianças e adolescentes. Se houver acolhidos com necessidades especiais deverá ser seguida a mesma regra de educador/cuidador.	Organização e limpeza do ambiente, preparação dos alimentos, apoio as atividades do cuidador/educador.

Fonte: Conselho Nacional de Assistência Social (2005, p 64-66).

Tabela 02.

## Composição da Infraestrutura do Abrigo Institucional

<b>Cômodo</b>	<b>Características</b>
Quartos	Acomodar camas, beliches, berços, armários/guarda-roupas, que supram as necessidades individuais de cada acolhido. Número de acolhidos por quarto deve ser de 04 a 06 no máximo.
Sala de Estar	O espaço deve ser suficiente para o número de acolhidos atendidos e os cuidadores/educadores.
Sala de jantar /copa	Espaço deve ser suficiente para o número de acolhidos atendidos e os cuidadores/educadores.
Ambiente para Estudo	Espaço mobiliado adequadamente para atividades de estudos/leitura, com espaço suficiente para a realização desse tipo de atividade.
Banheiro	Até 06 acolhidos: 01 chuveiro, 01 vaso sanitário, 01 lavatório. Funcionários: 01 vaso sanitário, 01 lavatório e 01 chuveiro. Deve haver um banheiro adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais.
Cozinha	Suprir as necessidades para armazenar os utensílios, gêneros alimentícios, preparar os alimentos para os acolhidos e os todos os profissionais que ali trabalham.
Área de Serviço	Suprir as necessidades para o cuidado e higiene das roupas de cama, banho, pessoal de cada acolhido, armazenar os utensílios, equipamentos e produtos de limpeza.
Área externa	Possibilitar o convívio e brincadeiras entre os acolhidos. O espaço deve conter equipamentos condizentes com o padrão socioeconômico dos acolhidos e da comunidade local. A priorização de atividades em espaços públicos deve ser incentivada, quando houver uma infraestrutura como: quadras, piscina, playground, incentivar que as crianças e adolescentes da comunidade local possam utilizar também. Deve-se manter a privacidade e segurança dos acolhidos.
Sala para equipe técnica	Espaço adequado para atividades técnicas, preferencialmente deve funcionar em local administrativo e separado da moradia dos acolhidos.
Sala de coordenação /atividades administrativas	Espaço adequado para atividades administrativas e guarda dos prontuários dos acolhidos, de forma sigilosa e segura.
Sala / espaço para reuniões	Espaço adequado para realização de reuniões com os profissionais e também atividades com as famílias de origem.
Observações:	A infraestrutura deve fornecer acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Um meio de transporte deve estar disponível para locomoção dos acolhidos, visitas domiciliares, reuniões na rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos.

Fonte: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p 67-68).

Externamente, há o Sistema de Garantia e Direitos (SGD), que busca auxiliar as crianças e adolescentes analisando cada caso individualmente, para que, dentro do limite de dois anos, todas as medidas protetivas propostas pelo ECA (1990) sejam utilizadas, possibilitando o retorno à família de origem ou a colocação em uma família extensa, ou optando por uma família substituta, adoção (SNAS, 2013).

No estado de São Paulo quem responde por esse sistema de abrigamento é o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente criado em 1992 (Lei Nº 8.074). No caso da Região Metropolitana de Campinas, o CMDCA de cada município, é o órgão público responsável por esse tipo ação e concessão dos registros de funcionamento.

#### **1.4 Equipe de profissionais, crianças e adolescentes: relações interpessoais**

O afastamento das crianças e adolescentes de suas famílias de origem desencadeia vários acontecimentos que influenciarão, em menor ou maior grau, suas vidas. Ao chegarem às instituições, abrigos ou casas provisórias, os abrigados deveriam encontrar suporte psicológico, físico e educacional para compreenderem o que está ocorrendo com eles e suas famílias. Entretanto, suas necessidades emocionais básicas podem ser deixadas para segundo plano. Mesmo que esses locais apresentem estrutura adequada e tentem recriar um ambiente familiar, ainda assim faltará o convívio individualizado, afetuoso, sentimentos de cumplicidade e intimidade que essas crianças e adolescentes estavam acostumados a terem em suas famílias de origem (Siqueira & Dell’Aglio, 2006).

Nesse sentido, quando o afastamento do convívio com os familiares é inevitável, os abrigos institucionais precisam de mais do que uma infraestrutura adequada para receber os acolhidos. Faz-se necessário, portanto, transmitir o que está acontecendo com eles e

com sua família, buscando evitar que ocorram prejuízos no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes como o aumento das incertezas geradas durante o processo de abrigamento. Também é necessário que ocorra a comunicação de uma possível destituição familiar e conseqüentemente a adoção (Guará, 2010).

Para Magalhães, Costa e Cavalcante (2011), crianças e adolescentes abrigados vivem diariamente a questão da separação, havendo uma constante necessidade de adaptação à realidade, sem muitas informações e, assim, despertando insegurança e medos, que podem prejudicar as relações tanto com outros abrigados e com a equipe de profissionais, quanto com demais pessoas com as quais convivam.

Já outros autores como Arpini (2003) e Carreirão (2004) possuem uma opinião diferente, eles acreditam que o abrigamento auxilia os indivíduos a desenvolverem a autoestima, o senso de pertencimento, a dignidade, relações interpessoais, a capacidade para enfrentar situações de estresse e as adversidades que possam aparecer durante o seu desenvolvimento. O abrigo, na perspectiva desses autores, proporciona apoio afetivo e social e, assim, a situação de abrigamento em determinados casos seria mais efetiva no desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Contudo, o desenvolvimento pleno do indivíduo não depende exclusivamente de uma estrutura física bem organizada, apoio psicológico e educacional, depende também das relações sociais, dos afetos, das emoções, da subjetividade de cada indivíduo. A necessidade de conviver em grupo é essencial para o ser humano, para seu desenvolvimento e construção da subjetividade, além dos modelos e referenciais utilizados como parâmetros nessa construção (Wallon, 1968, 1975).

Crianças e adolescentes abrigados poderão buscar esses referenciais, esses vínculos alternativos na equipe profissional, tomando-os como “pais substitutos” dentro da instituição, buscando apoio social ou disputando a atenção do profissional com outros

abrigados, como ocorreria em suas famílias de origem, conseqüentemente aumentando a responsabilidade dos profissionais em capacitar essas crianças e adolescentes para a vida em sociedade (Magalhães, Costa & Cavalcante, 2011; Moreira, 2016; Siqueira, Betts & Dell'Aglio, 2006).

Logo, é importante que a maioria da equipe de profissionais nos abrigos busque manter uma postura ética e profissional atendendo às necessidades dos abrigados individualmente. Muito embora haja na literatura aspectos que apontem para essa tentativa, Gulassa (2010), em um de seus estudos, destaca um ponto paradoxal a partir das falas dos profissionais. Informa que os abrigos têm como tarefa principal a inclusão e a promoção do pertencimento, mas que, a partir da percepção desses profissionais, torna-se um lugar de solidão e exclusão, reproduzindo as características dos abrigados atendidos nessas instituições. A autora relaciona essa percepção com a falta de capacitação e preparo para lidar com as demandas específicas que surgem a cada momento, além da falta de um espaço para compartilharem suas experiências, angústias, dúvidas com outros da equipe ou membros externos.

Os profissionais, ao buscarem o bem-estar das crianças e adolescentes abrigados, mobilizam-se internamente para lidar com cada caso e, ao mesmo tempo, lidam com as exigências pessoais e familiares de todos os dias, que também necessitam de atenção. A maneira como tais profissionais lidam com esses eventos é que trará benefícios, ou não, para sua saúde o que, conseqüentemente, poderá ou não influenciar nas atividades diárias pessoais e profissionais.

Nesse sentido Barros (2014), Bazon e Biasoli-Alves (2000) e Guará (2010) destacam a falta de incentivos e apoio oferecidos aos profissionais dos abrigos em sua prática e desenvolvimento profissional e fazem um alerta para o cuidado com o cuidador,

já que estes estão expostos constantemente a diversos eventos estressores e, na maioria das vezes, podem causar desequilíbrio biopsicossocial, que pode levar ao adoecimento.

Percebe-se, de todo esse contexto e por meio da literatura consultada, que mesmo as atividades diariamente repetidas pelas crianças, adolescentes e profissionais, são vivenciadas de maneira individual, pois cada um deles as experienciam de uma forma, conforme sua história, sua personalidade e sua maneira de enfrentar demandas específicas internas e externas (Magalhães et al., 2011; Siqueira et al., 2006).

### **1.5 Estresse e *Coping***

Nas últimas décadas as discussões e estudos sobre estresse têm se ampliado, especificamente acerca de profissionais em situações de cuidado com o outro em diversas áreas como: hospitais, instituições de idosos e instituições de saúde mental (Camelo & Angerami, 2004; Filho & Almeida, 2016; Oliveira & Cunha, 2014).

Selye (1956), pioneiro nos estudos dessa área, explicou o estresse como um conjunto de reações, respostas desenvolvidas para situações de ameaça que causam desequilíbrio interno, num esforço de adaptação do indivíduo. Para Selye (1956) há três fases do estresse: a) *Fase de Alerta*: denominada também como estresse positivo ou inicial, o organismo responde rapidamente aos estímulos estressores, está preparado, motivado para a ação; b) *Fase de Resistência*: para sair dessa fase o organismo necessita utilizar mecanismos a fim de controlar o estresse e começam a aparecer as primeiras sequelas emocionais, mentais e físicas, há um desgaste do organismo por tentar restabelecer o equilíbrio interno, resistindo ao fator estressante, devido a esse processo, a suscetibilidade a doenças torna-se maior, c) *Fase de Exaustão*: início do processo de adoecimento em que surgem sintomas como dificuldade para relaxar, alteração do sono,

irritabilidade, baixa autoestima, perda de concentração, isolamento social, caso a permanência nessa fase seja longa, podem surgir patologias como úlceras gástricas, depressão, doenças cardiovasculares.

Lipp (2002), por outro lado, relata que as fases do estresse seriam quatro: entre a fase de *Resistência* e *Exaustão* haveria a *Fase da Quase Exaustão*, o organismo não conseguiria gerenciar a tensão, teria dificuldade para adaptar-se aos estressores, precisaria se esforçar muito para realizar as atividades cotidianas. Como consequência, o indivíduo se tornaria vulnerável, com baixa imunidade, apresentando desconforto e ansiedade.

Além dessas exposições, o estresse também é reconhecido como uma reação complexa, com alterações psicofisiológicas, que ocorrem quando o indivíduo se defronta com determinada situação, para a qual não dispõe de habilidades para lidar. Quando isso acontece, há um desequilíbrio interno que produz efeitos negativos, desequilibrando todo o organismo. Esses eventos estressores podem ter duas origens: a) interna – a maneira de reagir à vida, o modo de ser, o tipo de personalidade, ou b) externa – as exigências da família, do trabalho, do dia a dia, convívio social (Lipp, 2000, 2002).

Qualquer que seja a origem do estressor, a maneira como o indivíduo interpreta e reage ao evento define a intensidade do estresse e suas respostas. Portanto, refletindo a partir dos autores citados, a função de “cuidar” também pode ser considerada um fator estressor, posto que o excesso de tarefas, responsabilidades, preocupações, sobrecarga emocional, a precariedade na infraestrutura e nas resoluções de problemas, podem acarretar prejuízos psicossociais em pessoas que realizam essa atividade formal ou informalmente, no caso dessa pesquisa – os profissionais de abrigo (Camelo & Angerami, 2004; Lima, 2012).

Camelo e Angerami (2004) citam que alguns reflexos desses eventos estressores seriam a insatisfação, o esgotamento emocional, as dificuldades para atender

adequadamente as demandas profissionais, as interferências na convivência com os colegas de trabalho e seus familiares, em conjunto o aumento da rotatividade, do absenteísmo, dos acidentes e a diminuição da qualidade do serviço, interferindo no serviço prestado. Nesse sentido, segundo Lima (2012) e Massola (2007), a equipe profissional dos abrigos institucionais, por estar intimamente ligada a demandas complexas do cotidiano, sofre a influência das histórias de vida, vivências, conflitos internos, autorregras e habilidades de cada um dos membros, somados aos eventos estressores da própria prática. Desta maneira, o processo de estresse será percebido, analisado, desencadeado e desenvolvido de maneiras diferentes por cada profissional e, conseqüentemente, as respostas adaptativas também serão distintas, impactando nos cuidados com as crianças e adolescentes abrigados.

Lipp (2000), Massola (2007) e Silva e Enumo (2014) argumentam que as respostas ao estresse podem se dar nos âmbitos cognitivo, comportamental e fisiológico, sendo que, nesse último, quando ativado intensa e frequentemente, esgota os recursos do organismo, levando ao aparecimento de transtornos psicofisiológicos. Essas alterações ocorrem a partir do evento estressor e a percepção, a análise e a interação com o ambiente poderão fornecer subsídios para o indivíduo enfrentar ou não o processo de estresse. O conjunto de esforços utilizados para lidar com esses eventos são denominados de *coping*.

Segundo Simões (2012), esse mecanismo serve como uma proteção para as ameaças ao bem-estar do organismo e sua eficácia está na capacidade de reduzir o desconforto e evitar o mesmo futuramente. Já para Lazarus e Folkman (1984), as estratégias de *coping* operam no campo da consciência, podendo ser aprendidas. As bases conceituais dessa teoria são: a) interação entre o indivíduo e o ambiente, b) administração de situações estressoras, c) percepção, interpretação e representação do fenômeno na

mente, d) mobilização de esforços comportamentais e cognitivos para reduzir as demandas que surgem da interação com o meio.

O *coping*, para esses autores, pode estar centrado em duas categorias: a) *No problema*: voltado para diminuir o problema, busca manipular o evento estressor para removê-lo, pode ser benéfico para a atividade psicológica; b) *Na emoção*: voltado para diminuir as consequências emocionais decorrente da experiência estressora, adaptação do estado emocional. Desta forma, são consideradas respostas para situações estressantes os estilos/estratégias de *coping*: o autocontrole, o confronto, a resolução planejada, procura de suporte social, aceitação das responsabilidades, reavaliação positiva da situação, distanciamento do estressor e evitamento/fuga (Lazarus & Folkman, 1984; Simões, 2012).

Essas estratégias, respostas ou estilos, para Carver et al.(1989), não são uniformes, estão interligados à percepção que cada indivíduo tem do evento estressor a partir da sua subjetividade, tentando ou não resolver a situação estressora, fazendo uso ou não de estratégias de *coping*.

A importância de o indivíduo compreender que a cada nova demanda poderá necessitar de novos estilos/estratégias de enfrentamento demonstra que o *coping* não é um processo tão simples, requer flexibilidade, uma combinação de estratégias e estilos para que seja eficiente. Isso porque os mesmos eventos estressores podem adquirir no decorrer da vida do indivíduo outros significados, o que levaria a percepções diferentes para o mesmo fenômeno (Carver, 1997; Carver, Scheier & Weintraub, 1989; Compas, Connor-Smith, Saltzman, Thomsen & Wadsworth, 2001).

Considerando a prática profissional daqueles que exercem uma função em um abrigo institucional, entende-se que estes exercem suas práticas e ficam expostos a um contexto de demanda emocional elevada e diversificada, deixando-os suscetíveis a eventos

estressores. A forma como irão lidar com esses eventos, portanto, dependerá dos seus esforços comportamentais e cognitivos.

Logo, verificar e analisar os eventos estressores e quais os estilos/estratégias de *coping* utilizados pelos profissionais de abrigos institucionais, a partir da percepção, da subjetividade de cada indivíduo, auxiliará no entendimento de como eles lidam com esses fatores e conseqüentemente, na implementação de ações que busquem manter ou aumentar a qualidade da assistência oferecida aos abrigados e também a qualidade de vida de cada envolvido nesse contexto.

## **2. Objetivo**

### **2.1 Objetivo Geral**

Verificar e analisar os níveis de estresse percebido e o estilo e/ou estratégia de *coping* dos profissionais das equipes de abrigos institucionais infantojuvenis.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- A. Verificar o nível de estresse percebido dos profissionais de contato direto e indireto com os abrigados.
- B. Verificar o estilo e/ou estratégia de *coping* mais utilizado pelos profissionais de contato direto e indireto com os abrigados.
- C. Identificar os fatores preditores de estresse que mais se destacam.
- D. Analisar associações possíveis entre os níveis de estresse e de estilo e/ou estratégia de *coping*, com o tipo de abrigos institucionais infantojuvenis:

filantrópicos e OSCIPS e com os profissionais de contato direto e indireto com os abrigados.

### **3. Método**

O presente estudo configura-se como pesquisa empírica, descritiva e correlacional. Para compreender melhor o estresse e os estilos e/ou estratégias de *coping* dos profissionais de abrigos institucionais infantojuvenis, foram utilizados instrumentos que permitiram mensurar as informações coletadas (Filho & Filho, 2013; Gil, 2012; Minayo, 2000).

#### **3.1 Participantes e Locais de coleta de dados**

Constituíram a amostra de conveniência desta pesquisa, 45 profissionais de abrigos institucionais infantojuvenis filantrópicos e de OSCIPS (Lei nº 9.790,1999) da Região Metropolitana de Campinas/SP, constituída por 20 municípios (Lei Complementar Estadual nº 870, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2000). Desses profissionais, 71% são do gênero feminino e 29% são do gênero masculino, com idade entre 25 e 63 anos ( $M = 39,7$ ).

Os critérios de inclusão e exclusão dos abrigos institucionais infantojuvenis e dos participantes serão descritos a seguir.

### **3.1.1 Critérios de inclusão e exclusão**

Os abrigos institucionais infantojuvenis nos quais se realizou esta pesquisa preencheram os seguintes critérios de inclusão: a) acolher em período integral crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, retirados de suas famílias de origem por meio de medidas protetivas, b) histórico de funcionamento de no mínimo dois anos, em situação regular para funcionamento, de acordo com as leis vigentes do município (Alvará), c) respeito às normas estabelecidas pelo ECA e pela Resolução nº 130 de 2006 do Conselho Nacional de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) em relação à equipe profissional e ao espaço físico, conforme descritas nas Tabelas 1 e 2, c) assinatura do Termo de Consentimento Institucional (Apêndice I).

Já os critérios aplicados para inclusão dos profissionais participantes foram: a) fazer parte da equipe profissional no mínimo há três meses, b) ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice II). E os critérios para exclusão foram: a) ser voluntário ou colaborador externo, como por exemplo: médico, professor, psicólogo, dentista, b) ser profissional do Sistema de Garantia de Direitos.

De um total de 63 profissionais, 18 não preencheram os critérios de inclusão, e assim, foram impossibilitados de fazerem parte da amostra. Assim, compuseram a amostra final desta pesquisa, 45 profissionais de abrigos institucionais infantojuvenis.

### **3.1.2 Processo de composição da amostra**

A coleta de dados foi realizada em quatro abrigos institucionais infantojuvenis, sendo dois filantrópicos e dois OSCIPS, todos localizados na Região Metropolitana de Campinas/SP, constituída por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas,

Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (Lei Complementar Estadual nº 870, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2000).

A escolha por abrigos dessa região ocorreu a partir do site *padrinho nota 10* (2015), organização não governamental (Ong) que divulga uma lista de abrigos em todo o território nacional brasileiro, servindo de norteador para o levantamento de abrigos na Região Metropolitana de Campinas/SP. Constam na referida região aproximadamente 30 abrigos em funcionamento, segundo o site pesquisado, distribuídos entre as 20 cidades que compõem a mesma. Foram realizadas pesquisas através do CMDCA dos municípios que possuem abrigos infantojuvenis, confirmando a preocupação em fornecer uma infraestrutura e políticas públicas que auxiliem as crianças, adolescentes em situação de vulnerabilidade e suas famílias de origem nos programas oferecidos pelo poder público.

Cerca de nove abrigos apresentaram número para contato inexistente, 10 abrigos não funcionavam em período integral e sete abrigos não aceitaram participar da pesquisa, totalizando quatro abrigos institucionais que aceitaram participar da pesquisa. A Tabela 3 apresenta as características dos quatro abrigos envolvidos neste estudo.

Tabela 3

*Características dos abrigos institucionais infantojuvenis (N = 4)*

Tipo de abrigo	Filantrópico		OSCIP <sup>a</sup>	
	Abrigo A	Abrigo B	Abrigo C	Abrigo D
Tempo de funcionamento (anos)	30	39	16	37
Número de abrigados	18	17	36	48
Número de abrigados com necessidades especiais	01	0	0	0
Faixa etária dos abrigados (anos)	1-18	12-18	0-18	0-18
Número de funcionários	22	28	54	44
Colaboradores externos	08			15

<sup>a</sup> Organizações da Sociedade de Interesse Público (OSCIPS, Lei nº 9.790,1999).

As características internas dos quatro abrigos estão de acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução nº 109, 2009) e a composição da equipe profissional segue as normas determinadas pela Resolução nº 130/05 (NOB-RH/SUAS, 2006).

O abrigo B (filantrópico) e o abrigo C (OSCIP) foram fundados por pessoas com vínculos a entidades religiosas, o abrigo D (OSCIP) por um grupo de 13 amigos e o abrigo A (filantrópico) por um cidadão preocupado com a situação de vulnerabilidade das crianças e adolescentes. Os quatro abrigos atualmente recebem auxílio financeiro e doações de pessoas da comunidade, empresas e apoio governamental, um dos abrigos possui como fonte de renda a comercialização de produtos de panificação (padaria própria) e artesanatos.

Nos abrigos participantes são oferecidas diversas atividades visando a reinserção dessas crianças e adolescentes na sociedade e também atividades profissionalizantes como preparação para o mercado de trabalho. O abrigo A e abrigo D possuem uma rede de colaboradores externos e voluntários, e o abrigo B e o abrigo C explicaram que acionam seus colaboradores (voluntários) em situações específicas, como bazares, jantares e outros eventos. A Tabela 4 indica as características da amostra final.

Tabela 4

*Características da amostra (N = 45)*

	Função	Agente de Proteção Social (n = 1)	Assistente Administrativo (n = 4)	Assistente Social (n = 5)	Auxiliar Limpeza (n = 2)	Coordenador (n = 3)	Cozinheira (n = 3)	Educador Social (n = 17)	Marketing (n = 1)	Motorista (n = 1)	Pedagoga (n = 1)	Pedreiro (n = 1)	Presidente (n = 1)	Psicólogo (n = 3)	Recepcionista (n = 1)	Supervisor a (n = 1)
Gênero																
	Feminino		3	5	2	2	3	11	1		1			2	1	1
	Masculino	1	1			1		6		1		1	1	1		
Idade (anos)																
	20 - 30							5						2	1	
	31 - 50	1	3	5		2	1	11	1		1	1	1	1		1
	Acima de 50 anos		1		2	1	2	1		1						
Escolaridade <sup>a</sup>																
	FI				2		1	1							1	
	FC		1									1				
	MI						2	1		1						
	MC							5					1			1
	TC							1								
	SI	1				1		7	1							
	SC		3	5		2		2			1			3		
Estado civil																
	Solteiro		1	3	1	1		8								
	Casado/ União Estável	1	3	2		1	3	8	1	1		1	1	3	1	1
	Divorciado				1						1					
	Outro					1		1								

<sup>a</sup> (FC) Fundamental Completo, (FI) Fundamental Incompleto, (MC) Médio Completo, (MI) Médio Incompleto, (TC) Técnico Completo, (SC) Superior Completo, (SI) Superior Incompleto.

Dos 45 participantes, 32 são do gênero feminino e 13 são do gênero masculino, a idade variou entre 25 e 63 anos ( $M = 39,7$ ), sendo que 11,1% da amostra se concentrou na idade de 34 anos. Em relação ao estado civil, 27 eram casados/união estável, seguidos por 14 solteiros, dois divorciados e dois intitulados *outros*. Quanto ao número de filhos, cinco dos participantes não os tinham, 10 tinham apenas um, 10 tinham dois filhos, seis tinham acima de três filhos e 14 não responderam.

Em relação à escolaridade, 16 dos participantes declararam ter superior completo e 10 superior incompleto. O menor grau de instrução, o fundamental incompleto, representou cinco dos participantes e apenas um participante possuía escolaridade técnica completa. Os demais níveis de escolaridade encontrados se distribuíram entre ensino fundamental completo ( $n = 2$ ), ensino médio completo ( $n = 7$ ) e ensino médio incompleto ( $n = 4$ ).

As características referentes às funções dos participantes em relação ao tipo de abrigo, jornada de trabalho, tempo na função e tempo de trabalho no abrigo institucional estão descritas as seguir na Tabela 5.

Tabela 5

Características relacionadas ao trabalho (N = 45)

Função	Agente de	Assistente	Assistente	Auxiliar	Educador										
	Proteção Social (n = 1)	Administrativo (n = 4)	Social (n = 5)	Limpeza (n = 2)	Coordenador (n = 3)	Cozinheira (n = 3)	Social (n = 17)	Marketing (n = 1)	Motorista (n = 1)	Pedagoga (n = 1)	Pedreiro (n = 1)	Presidente (n = 1)	Psicólogo (n = 3)	Recepcionista (n = 1)	Supervisora (n = 1)
Tipo de abrigo															
Filantrópico	1	3	2	1	2	1	11			1			2		
OSCIP		1	3	1	1	2	6	1	1		1	1	1	1	1
Jornada de trabalho <sup>a</sup>															
Até 30 h/s	1		5				4						2		
31 – 40 h/s		4		1	2	1	1	1	1	1	1		1	1	1
Acima de 40 h/s				1	1	2	1					1			
Escala 12x36							11								
Tempo na função															
Até 6 meses		1								1					
7 meses - 2 anos				1	2	1	10						1	1	
2 anos - 5 anos			2			1	2	1			1				
Acima de 5 anos	1	3	3	1	1	1	5		1			1	2		1
Tempo de trabalho no abrigo															
Até 6 meses		2					2			1					
7 meses - 2 anos		1	2	1	2	1	10						2	1	
2 anos - 5 anos				1		1	2	1							
Acima de 5 anos	1	1	3		1	1	3		1		1	1	1		1

<sup>a</sup> h/s = horas/semanais, alguns dos educadores sociais trabalham em regime 12x36, significa que a jornada é 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

A jornada de trabalho dos participantes oscilou entre 20 e 70 horas semanais, a maior delas é referente à função de presidente do abrigo (70 horas/semanais) e a menor (20 horas/semanais) referia-se à psicóloga que trabalhava meio período na instituição. Alguns dos educadores sociais (n = 11) trabalhavam em regime 12x36, o que significa 12 horas de trabalho por 36 de descanso e o tempo em que os participantes exerciam suas funções foi em média seis anos e que trabalhavam nos abrigos foi em média quatro anos e um mês.

Para realizar a coleta de dados foram utilizadas salas cedidas pelas instituições, as quais ofereciam condições de privacidade para que os participantes respondessem aos instrumentos.

### **3.2 Material e instrumentos**

Para a realização dessa pesquisa foram utilizados quatro instrumentos: Ficha de caracterização do abrigo institucional, Ficha de caracterização do participante, a escala *Impact of Event Scale* (IES) e o COPE Breve que serão descritos a seguir.

A *Ficha de Caracterização do Abrigo Institucional* (Apêndice III) foi composta por questões referentes à constituição física da instituição: razão social, número de acolhidos, faixa de etária dos acolhidos, número de portadores de necessidade especial, tipo de instituição, data da fundação, localidade, número de funcionários, número de voluntários e colaboradores externos, infraestrutura e transporte.

Já a *Ficha de Caracterização do Participante* (Apêndice IV) continha questões referentes aos dados sociodemográficos dos participantes: função no abrigo, idade, gênero, escolaridade, estado civil, número de filhos, jornada de trabalho, tempo de trabalho no abrigo, tempo na função exercida, número de subordinados diretos e indiretos, buscando compreender melhor quem seriam os participantes desta pesquisa.

A avaliação do estresse percebido foi realizada com a escala IES (Apêndice V) desenvolvida por Horowitz et al. em 1979. Entretanto, a versão utilizada neste estudo é a adaptação realizada por Silva et al. (2010). A escala IES é composta por 15 itens de múltipla escolha entre: nunca, raramente, às vezes e frequentemente. O cálculo de escore total se dá através de um sistema de pontuação *Likert* de acordo com o critério mencionado por Silva et al. (2010): 0 = nunca; 1 = raramente; 3 = às vezes; 5 = frequentemente. A pontuação final se refere ao nível de estresse total do participante, com escore mínimo de zero e o máximo de 75 pontos, interpretados conforme os critérios descritos a seguir.

- 0 – 8: não há evento estressor significativo.
- 9 – 25: evento estressor de impacto - pode ser afetado.
- 26 – 43: evento estressor de impacto marcante - será afetado.
- 44 – 75: evento estressor de impacto grave – pode causar alterações emocionais, psicológicas e físicas.

Escores acima de 26 pontos são significativos e indicam possibilidade de desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático, acima de 35 pontos é indicado pelo autor da escala, buscar auxílio com um profissional de saúde mental qualificado para verificar o que está ocorrendo (Horowitz et al.,1979).

A IES foi criada para investigar o estresse relacionado aos eventos da vida, focando nas características que envolvam o evento, sem focar em uma situação específica, além de permitir sua aplicação nos mais variados contextos e públicos. A relevância em compreender os níveis de estresse dos profissionais de abrigos e as propriedades psicométricas do instrumento justifica a escolha da IES para esse estudo.

Para avaliar o *coping*, utilizou-se o COPE Breve (Apêndice VI). Carver et al., em 1989, desenvolveram um questionário de 60 itens subdivididos em 15 escalas a partir do

modelo criado por Lazarus e Folkman (1984), com vistas a avaliar estilos e estratégias de  *coping* , denominando-o de COPE.

No decorrer da utilização do instrumento Carver et al. (1989) observaram que a aplicação demorava muito e os participantes se sentiam sobrecarregados, acarretando em prejuízos às pesquisas. Dessa forma, Carver (1997) desenvolveu uma versão reduzida da escala original denominada *Brief* COPE.

Nesta pesquisa foi utilizado o inventário adaptado por Brasileiro e Costa (2012), denominado de COPE Breve com 28 itens, que agrupados formam as 14 escalas com o tipo de estilo e/ou estratégia de  *coping*  utilizada pelo respondente em situações estressantes, descritas a seguir na Tabela 6.

Tabela 6

*Definição das 14 escalas do COPE Breve*

<b>Escala</b>	<b>Definição</b>	<b>Itens</b>
<i>Coping</i> Ativo	Consiste no processo de estabelecer passos sucessivos para remover, atenuar ou melhorar os efeitos do estressor.	2. Tenho concentrado meus esforços para fazer alguma coisa em relação à situação na qual me encontro. 7. Tenho tomado alguma atitude para tentar melhorar a situação.
Planejamento	Representa a atividade de pensar sobre alternativas para lidar com um estressor por meio de estratégias de ação.	14. Tenho tentado criar uma estratégia em relação ao que fazer. 25. Tenho pensado bastante sobre os passos que irei dar.
Busca de suporte social por razões instrumentais	Configura-se pela procura por conselho, auxílio ou informações relativas ao estressor.	10. Tenho recebido ajuda e conselhos de outras pessoas. 23. Tenho tentado obter conselho ou ajuda com outras pessoas sobre o que fazer.
Busca de suporte social por razões emocionais	Busca por apoio moral, compaixão ou entendimento.	5. Tenho recebido apoio emocional de outras pessoas. 15. Tenho recebido conforto e compreensão de alguém.
Religiosidade	É a tendência a voltar-se para a religião como forma de aliviar a tensão.	22. Tento tentado encontrar conforto em minha religião ou crenças espirituais. 27. Tenho orado ou meditado.

Continuação - Tabela 6. *Definição das 14 escalas do COPE Breve.*

<b>Escala</b>	<b>Definição</b>	<b>Itens</b>
Reinterpretação positiva	Busca ver a situação de um modo positivo, favorável.	12. Tenho tentado enxergar a situação de outra forma para fazê-la parecer mais positiva. 17. Tenho tentado enxergar algo de bom no que está acontecendo.
Autoculpa	Tendência de criticar e culpar a si mesmo pelo ocorrido.	13. Tenho me criticado. 26. Tenho me culpado pelas coisas que aconteceram.
Aceitação	Corresponde, em um primeiro momento, à percepção do estressor como real e, em um segundo momento, à aceitação do estressor como um fenômeno natural.	20. Tenho aceitado a realidade do fato acontecido. 24. Tenho aprendido a conviver com esta situação.
Expressão de sentimentos	Tomada de consciência do estresse e a tendência de expressar esses sentimentos.	9. Tenho dito coisas para extravasar meus sentimentos desagradáveis. 21. Tenho expressado meus sentimentos negativos.
Negação	É a recusa em acreditar na existência do estressor, ou agir como se esse não fosse real.	3. Tenho dito a mim mesmo (a): “isto não é real”. 8. Tenho me negado a acreditar que essa situação tenha acontecido.
Desligamento mental	Ocorre pela utilização de atividades alternativas para afastar o problema da mente.	1. Tenho me dedicado ao trabalho ou outras atividades para me distrair. 19. Tenho feito coisas para pensar menos na situação como ir ao cinema, ver TV, ler, sonhar acordado (a), dormir ou ir às compras.
Desligamento comportamental	É o abandono das tentativas para atingir metas nas quais o estressor interfira.	6. Estou desistindo de enfrentar a situação. 16. Estou desistindo de tentar enfrentar a situação.
Uso de substâncias	Consiste em desviar-se do problema pelo uso de substâncias psicoativas que interfiram na capacidade de avaliação das situações.	4. Tenho consumido álcool ou outras drogas/medicamentos para me sentir melhor. 11. Tenho consumido álcool ou outras drogas/medicamentos para me ajudar a superar a situação.
Humor	Configura-se como a estratégia de fazer graça da situação estressora.	18. Tenho feito piadas sobre a situação. 28. Tenho ridicularizado a situação.

Brasileiro e Costa (2012).

O COPE Breve é uma escala *Likert* composta por 28 itens, com um sistema de pontuação: 1 = não tenho feito de jeito nenhum; 2 = tenho feito um pouco; 3 = têm feito mais ou menos e 4 = têm feito bastante, respondidos de acordo com a compreensão dos participantes (Brasileiro & Costa, 2012).

O escore que demonstra os estilos e/ou estratégias de *coping* são determinados pela soma dos itens das 14 escalas, reagrupados em três subescalas: a) *focalizado no problema*: 2, 5, 7, 10, 12, 14, 15, 17, 23, 25, b) *focalizado na emoção e adaptativo*: 9, 18, 20, 21, 22, 24, 27, 28 e c) *focalizado na emoção e desadaptativo*: 1, 3, 4, 6, 8, 11, 13, 16, 19, 26. Este reagrupamento é autorizado por Carver (1997), autor do inventário e utilizado por alguns pesquisadores (Brasileiro & Costa, 2012; Carver, 1997; Kluwe-Schiavon, Fabres, Daruy-Filho & Grassi-Oliveira, 2011).

O COPE Breve permite identificar os diferentes estilos e/ou estratégias de *coping*, diferentemente de outros instrumentos utilizados para verificar o mesmo fenômeno. Essa escala desenvolvida por Carver (1997) possui menor número de itens, facilitando sua aplicação nos mais variados públicos e contextos. A importância em compreender os estilos e/ou estratégias de *coping* dos profissionais de abrigos e as possíveis consequências destes e as propriedades psicométricas do instrumento, justifica a escolha do COPE Breve adaptado por Brasileiro e Costa (2012) para esse estudo.

### **3.3 Procedimento**

#### **3.3.1 Contato com os abrigos institucionais**

Em outubro de 2016 foram realizados contatos telefônicos com os coordenadores de abrigos institucionais infantojuvenis da Região Metropolitana de Campinas/SP, para

expor previamente o projeto, seus objetivos e verificar a possibilidade da realização da pesquisa nesses locais. Após o aceite verbal dos coordenadores, em fevereiro de 2017, a participação das instituições foi formalizada por meio de Cartas de Autorização, assinadas pelos representantes legais dos quatro abrigos.

Em seguida, o projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP e, aprovado em 21 de junho de 2017 (anexo I).

### **3.3.2 Aplicação dos instrumentos**

Após a aprovação do projeto pelo CEP, foram realizados contatos telefônicos, agendando-se um horário com os coordenadores e responsáveis pelos abrigos, para a assinatura do TCI (Apêndice I) e o preenchimento da Ficha de caracterização do abrigo.

O procedimento da coleta de dados aconteceu em quatro dias, em horários pré-agendados com as instituições, isto é, por serem quatro abrigos em diferentes localidades, foram necessários mais de um dia para a coleta, buscando, dessa maneira, abranger o maior número de profissionais das equipes dos abrigos institucionais.

O contato com a equipe de profissionais de cada abrigo para apresentação da pesquisa, seus objetivos e procedimentos, propondo a participação deles, se deu antes do início da reunião semanal de equipe. A coordenação de cada abrigo apresentou a pesquisadora para os profissionais participantes da reunião e aqueles que concordaram em participar do estudo, após o término da mesma, se dirigiram individualmente à sala cedida pela instituição, onde a pesquisadora se encontrava. Sanadas as possíveis dúvidas dos profissionais sobre a pesquisa e instrumentos, o TCLE (Apêndice II) era assinado e a coleta de dados realizada.

Os instrumentos foram aplicados individualmente em um único encontro com os participantes, que, em média, demoraram quarenta minutos para responder aos três instrumentos seguindo a ordem estabelecida: Ficha de caracterização do participante, escala *Impact of Event Scale* e o COPE Breve. Os profissionais que apresentaram dúvidas acerca de algum item dos instrumentos, durante a aplicação receberam os devidos esclarecimentos da pesquisadora.

### **3.4 Processamento e análise de dados**

Os dados obtidos foram organizados em um banco de dados, construído em Excel versão 2010 e, posteriormente, foram submetidos às análises estatísticas no software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20.

Para a análise dos resultados foi utilizada a estatística descritiva: análise das médias, desvio padrão, valores máximo e mínimo das pontuações nas subescalas de *coping*, e também inferencial: análise de regressão linear, testes não paramétricos (*Mann-Whitney*) e correlação de *Spearman*, considerando a natureza e a distribuição dos escores. Na análise dos dados, foi utilizada a distribuição de participantes para caracterizar a amostra, através das variáveis sociodemográficas.

Na análise do nível de estresse, os resultados foram determinados pelos escores totais da escala IES demonstrando o número de participantes, em cada um desses níveis. Os estilos e/ou estratégias de *coping* utilizados pelos participantes foram analisados através da distribuição dos escores totais de cada subescala: *coping* focalizado no problema, *coping* focalizado na emoção e adaptativo e *coping* focalizado na emoção e desadaptativo. Também foram calculados os valores máximo e mínimo, desvio-padrão e média de cada

subescala para os diferentes tipos de abrigo e para os profissionais de contato direto e indireto com abrigados.

Por meio da análise de regressão linear, foram descritas a variável dependente nível de estresse em função das variáveis independentes: tipo de abrigo, grupo de profissionais de contato direto e indireto com os abrigados (função), escolaridade, jornada, *coping* focalizado no problema, *coping* focalizado na emoção e adaptativo e *coping* focalizado na emoção e desadaptativo, com o objetivo de aprofundar a análise da relação entre essas variáveis.

Para a análise de correlação entre estresse total e os estilos e/ou estratégias de *coping* foi utilizado o coeficiente de correlação de *Spearman*, devido ao tamanho reduzido da amostra. Foi realizada uma comparação do estresse total e os estilos e/ou estratégias de *coping* com os tipos de abrigos: filantrópicos e OSCIPS e, os profissionais de contato direto e indireto com os abrigados, a partir do teste *Mann-Whitney*, indicado para comparação entre dois grupos de variáveis.

O nível de significância adotado para a regressão linear foi de  $\leq 0,001$ , para o teste *Mann-Whitney* foi adotado o nível de significância de  $\leq 0,05$  e para a correlação de *Spearman* foi adotado os critérios de Dancey e Reidy (2004), apresentados na Tabela 7.

Tabela 7.

Intensidade das associações entre variáveis para coeficientes de correlação positivos e Negativos.

<b>Intensidade do relacionamento</b>	<b>Magnitude (positiva ou negativa)</b>
Perfeito	1
	0,9
Forte	0,8
	0,7
	0,6
Moderado	0,5
	0,4
	0,3
Fraco	0,2
	0,1
Zero	0

### **3.5 Questões éticas**

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas S/P, respeitando a legislação sobre pesquisas com Seres Humanos, de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as normas do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2000). A execução dessa pesquisa ocorreu apenas após a aprovação deste órgão (número do parecer: 2.129.742), a concordância das instituições e dos participantes expressas nas assinaturas dos TCI e dos TCLE, respectivamente.

O TCI e o TCLE seguiram as diretrizes sugeridas pelo Conselho Federal de Psicologia e a Resolução nº466/12, no que diz respeito à dignidade humana, esclarecendo os participantes, em linguagem acessível, para que pudessem compreender o processo realizado durante a pesquisa.

Ao término da pesquisa foram disponibilizadas devolutivas aos quatro abrigos institucionais infantojuvenis e seus profissionais para apresentação e esclarecimentos relacionados com o resultado final do estudo.

## 4. Resultados

Os resultados deste estudo serão apresentados em duas seções, permitindo uma melhor compreensão dos dados. Na primeira seção será apresentada a caracterização dos participantes, de acordo com o grupo de contato direto e indireto com os abrigados, os níveis de estresse e os estilos e/ou estratégias de *coping* utilizados pelos participantes dos abrigos.

Na segunda seção será descrita a regressão linear para os fatores preditores de estresse, as correlações entre: estresse e estilos e/ou estratégias de *coping*, estresse e estilos e/ou estratégias de *coping* com as variáveis dos grupos de participantes de contato direto e indireto com os abrigados e estresse e estilos e/ou estratégias de *coping* com as variáveis dos tipos de abrigos: filantrópico e OSCIP e, análises de comparação entre grupos de participantes e tipos de abrigos, em relação ao estresse e os estilos/estratégias de *coping*.

### 4.1 Caracterização dos participantes dos abrigos institucionais

Participaram desse estudo 45 profissionais de abrigos institucionais infantojuvenis, 24 participantes de abrigos filantrópicos e 21 de abrigos OSCIPS. Estes profissionais estavam distribuídos em quinze funções e para a realização das análises estatísticas descritivas, foram divididos em dois grupos de acordo com suas funções: a) 34 participantes de contato direto com os abrigados: Agente de Proteção Social, Assistente Social, Coordenador, Cozinheira, Educador Social, Pedagoga, Presidente, Psicólogo e b) 11 participantes de contato indireto com os abrigados: Assistente Administrativo, Auxiliar de Limpeza, Marketing, Motorista, Pedreiro, Recepcionista, Supervisora.

Para os dados sociodemográficos foram realizados os seguintes agrupamentos: a) escolaridade, em sete categorias: fundamental incompleto, médio incompleto, superior incompleto, fundamental completo, médio completo, técnico completo e superior completo; b) estado civil, em quatro categorias: solteiro, casado/união estável, divorciado e outros; c) jornada de trabalho, em três categorias: até 30 horas semanais, de 31 a 40 horas semanais e acima de 40 horas semanais; d) tempo na profissão, em quatro categorias: até 6 meses, de 7 meses a 2 anos, de 2 anos a 5 cinco anos e acima de 5 anos; e) tempo de trabalho no abrigo, em quatro categorias: até 6 meses, de 7 meses a 2 anos, de 2 anos a 5 cinco anos e acima de 5 anos.

Os dados da Tabela 8 descrevem os participantes desse estudo conforme os grupos de contato direto e indireto com os abrigados a que pertencem.

Tabela 8

*Caracterização dos grupos de profissionais (N = 45)*

	<b>Participantes</b>			
	<b>Contato direto com abrigados</b>		<b>Contato indireto com abrigados</b>	
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
<b>Abrigo</b>				
Filantrópico	20	58,8	4	36,3
OSCIP	14	41,1	7	63,6
<b>Gênero</b>				
Feminino	24	70,5	8	72,7
Masculino	10	29,4	3	27,2
<b>Idade (anos)</b>				
18 – 30	7	20,5	1	9,0
31 – 50	23	67,6	6	54,5
Acima de 50 anos	4	11,7	4	36,3
<b>Escolaridade</b>				
Fundamental Incompleto	1	2,9	3	27,2
Fundamental Completo			2	18,1

Continuação - Tabela 8 *Caracterização dos grupos de profissionais (N = 45)*

	<b>Participantes</b>			
	<b>Contato direto com abrigados</b>		<b>Contato indireto com abrigados</b>	
	<i>N</i>	%	<i>n</i>	%
Médio Incompleto	3	8,8	1	9,0
Médio Completo	6	17,6	1	9,0
Técnico Completo	1	2,9		
Superior Incompleto	10	29,4	1	9,0
Superior Completo	13	38,2	3	27,2
<b>Estado civil</b>				
Solteiro	12	35,2	2	18,1
Casado/União estável	16	47,0	7	63,6
Divorciado	3	8,8	1	9,0
Outros	3	8,8	1	9,0
<b>Jornada de trabalho (horas semanais)</b>				
Até 30 h/s	7	20,5		
31 – 40 h/s	11	32,3	10	90,9
Mais de 40 h/s	16	47,0	1	9,0
<b>Tempo na função</b>				
Até 6 meses	1	2,9	1	9,0
7 meses - 2 anos	14	41,1	2	18,1
2 anos - 5 anos	6	17,6	2	18,1
Acima de 5 anos	13	38,2	6	54,5
<b>Tempo de trabalho no abrigo</b>				
Até 6 meses	3	8,8	2	18,1
7 meses - 2 anos	15	44,1	4	36,3
2 anos - 5 anos	5	14,7	1	9,0
Acima de 5 anos	11	32,3	4	36,3
<b>TOTAL</b>	<i>n</i> = 34		<i>n</i> = 11	

Trinta e quatro participantes representavam o grupo de contato direto com os abrigados. Observou-se que 58,8% dos participantes estavam em abrigos filantrópicos e

41,1% em abrigos OSCIPS, sendo 70,5% do gênero feminino e 29,4% do gênero masculino. A idade ficou entre 25 e 63 anos ( $M = 35,5$ ). O estado civil casado e/ou união estável caracterizou 47,0% dos participantes, eram solteiros 35,2%, divorciados 8,8% e a opção *outros*, 8,8%. Os níveis de escolaridade foram: superior completo com 38,2% dos participantes, 29,4% com superior incompleto, 17,6% com médio completo, 8,8% com médio incompleto, 2,9% com técnico completo e 2,9% com fundamental incompleto.

Em relação à dinâmica de trabalho, 47,0% dos participantes cumpriam uma jornada de trabalho de mais de 40 horas semanais, 32,3% trabalhava entre 31 e 40 horas semanais e 20,5% até 30 horas semanais. Em relação ao tempo que exerciam a função, 41,1% dos participantes estavam entre 7 meses-2 anos, 17,6% há 2 anos-5 anos, 38,2% acima de 5 anos, e 2,9% participantes até 6 meses. Quanto ao tempo de trabalho no abrigo, 44,1% dos participantes estavam na faixa de 7 meses-2 anos, 14,7% entre 2 anos-5 anos, 32,3% acima de 5 anos, e 8,8% até 6 meses de trabalho no abrigo.

O grupo de contato indireto com os abrigados incluiu 11 participantes, sendo 72,7% do gênero feminino e 27,2% do gênero masculino, com idades entre 29 e 63 anos ( $M = 45,0$ ). O estado civil predominante foi casado e/ou união estável, com 63,6% dos participantes, eram solteiros 18,1%, eram divorciados 9,0%, e na opção *outro* 9,0% dos participantes. Os níveis de escolaridade encontrados foram: 27,2% com fundamental incompleto, 27,2% com superior completo, 18,1% com fundamental completo, 9,0% com médio incompleto, 9,0% com médio completo e 9,0% com superior incompleto.

Sobre a jornada de trabalho, 90,9% dos participantes cumpriam uma jornada de 31-40 horas semanais e 9,0% tinha uma jornada com mais de 40 horas semanais. O tempo na função descreve 54,5% com mais de 5 anos, 18,1% entre 2 anos-5 anos, 18,1% entre 7 meses-2 anos e 9,0% dos participantes com até 6 meses. Em relação ao tempo de trabalho no abrigo, os resultados indicaram que 36,3% dos participantes tinha mais de 5 anos,

36,3% entre 7 meses-2 anos, 18,1% com até 6 meses e 9,0% dos participantes entre 2 anos-5 anos no abrigo. Quanto ao tipo de abrigo, 36,3% dos participantes eram de abrigos filantrópicos e 63,6% de abrigos OSCIPS.

#### 4.2 Descrição dos níveis de estresse

Por meio da escala IES, foram apurados os níveis de estresse por tipo de abrigo institucional e por grupo de participantes de contato direto e indireto com os abrigados, de acordo com o critério proposto por Silva et al. (2010).

Tabela 9

*Níveis de estresse por tipo de abrigo institucional e grupos de participantes (N = 45)*

	Nível de Estresse <sup>a</sup>			
	0 – 8	9 – 25	26 – 43	44 – 75
	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>
Participantes de contato direto com abrigados				
Abrigo Institucional Filantrópico	2	2	7	9
Abrigo Institucional OSCIP	2	10	1	1
Participantes de contato indireto com abrigados				
Abrigo Institucional Filantrópico				4
Abrigo Institucional OSCIP	1	3	2	1

<sup>a</sup>0 – 8: não há evento estressor significativo; 9 – 25: evento estressor de impacto - pode ser afetado; 26 – 43: evento estressor de impacto marcante - será afetado; 44 – 75: evento estressor de impacto grave – pode causar alterações emocionais, psicológicas e físicas.

Ao analisar os níveis de estresse, o grupo de participantes de contato direto com os abrigados em abrigo institucional filantrópico apresentou dois deles no nível de 0-8, no qual não há evento estressor significativo, dois no nível de 9 – 25, evento estressor de impacto e pode afetar o indivíduo, sete no nível de 26 – 43, evento estressor de impacto

marcante e o indivíduo será afetado e, nove no nível de 44 – 75 pontos, evento estressor de impacto grave, pode causar alterações emocionais, psicológicas e físicas no indivíduo.

Já o grupo de participantes de contato direto com os abrigados em abrigo OSCIP apresentou dois participantes no nível de 0 – 8 pontos, no qual não há evento estressor significativo, 10 no nível de 9 - 25, evento estressor de impacto e pode afetar o indivíduo, um no nível de 26 – 43, evento estressor de impacto marcante e o indivíduo será afetado e, um no nível de 44 – 75 pontos, evento estressor de impacto grave, pode causar alterações emocionais, psicológicas e físicas no indivíduo.

O grupo de participantes de contato indireto com os abrigados apresentou quatro deles de abrigo institucional filantrópico no nível de 44 – 75 pontos, evento estressor de impacto grave e pode causar alterações emocionais, psicológicas e físicas no indivíduo. No grupo de participantes de contato indireto com os abrigados de abrigo OSCIP apresentou um participante no nível de 0 – 8, no qual não há evento estressor significativo, três no nível de 9 – 25 pontos, evento estressor de impacto e pode afetar o indivíduo, dois no nível de 26 – 4, evento estressor de impacto marcante e o indivíduo será afetado e, um para o nível de 44 – 75 pontos, evento estressor de impacto grave e pode causar alterações emocionais, psicológicas e físicas no indivíduo.

De modo geral, as maiores frequências se referem ao nível de estresse *evento estressor de impacto* em participantes que têm contato direto com os abrigados em abrigos OSCIPS (n = 10) e, nível de estresse *evento estressor de impacto grave*, naqueles (n = 9) que trabalham em contato direto com os abrigados, em abrigos filantrópicos.

### 4.3 Descrição do estilo e/ou estratégia de *coping* mais utilizado pelos profissionais

Para avaliar o *coping*, utilizou-se o inventário COPE Breve adaptado por Brasileiro e Costa (2012), que permitiu identificar os diferentes estilos e/ou estratégias de *coping* utilizados pelos participantes. A Tabela 10 demonstra o percentil, os escores mínimo e máximo dos estilos e/ou estratégias de *coping* apresentados pelos 45 participantes.

Tabela 10

*Distribuição dos estilos e/ou estratégias de coping para a amostra total (N = 45)*

<b>Estilos e/ou estratégias de <i>coping</i></b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
Focalizado no problema	42	93,4	10	39
Focalizado na emoção e adaptativo	1	2,2	26	
Focalizado na emoção e desadaptativo	2	4,4	22	35

A análise dos escores revelou que 42 participantes utilizaram o estilo e/ou estratégia *coping* focado no problema, considerado positivo, indicando que os participantes podem ter feito uso de estratégias de ação, conjuntamente a um plano de ação, visando superar o estresse.

Também foram analisados os estilos e/ou estratégias de *coping* mais utilizados por tipos de abrigos institucionais e por grupo de participantes de contato direto e indireto com os abrigados. A Tabela 11 apresenta a distribuição das médias, os escores mínimo e máximo e o desvio padrão para os participantes de contato direto e indireto com os abrigados em abrigos institucionais filantrópicos.

Tabela 11

*Médias e desvio padrão dos coping de participantes de contato direto e indireto de abrigos filantrópicos (n = 24)*

Estilos e/ou estratégias de <i>coping</i>	Abrigo institucional filantrópico							
	Participantes							
	Contato direto com abrigados				Contato indireto com abrigados			
	M	SD	Mínimo	Máximo	M	SD	Mínimo	Máximo
Focalizado no problema	32,1	4,4	24	39	36,0	1,4	35	38
Focalizado na emoção e adaptativo	21,2	4,6	16	32	24,5	4,9	19	30
Focalizado na emoção e desadaptativo	22,1	5,2	14	35	23,0	4,0	19	27

Nota: M – Média, SD – Desvio Padrão - medida de dispersão em torno da média de uma variável para mais ou para menos.

Em relação à comparação dos estilos e/ou estratégias de *coping* considerando o tipo de contato que o participante tem com os abrigados, foi possível observar que os participantes do abrigo filantrópico de contato indireto com os abrigados obtiveram as maiores médias para os três estilos e/ou estratégias de *coping*, com índices de dispersão menores, exceto para *coping* focalizado na emoção e adaptativo, o que indica maior concentração de pontuações mais elevadas para o grupo de contato indireto com os abrigados.

A Tabela 12 apresenta a distribuição das médias, os escores mínimo e máximo e o desvio padrão para os participantes de contato direto e indireto com os abrigados em abrigos OSCIPS.

Tabela 12

Médias e desvio padrão dos *coping* de participantes de contato direto e indireto de abrigos OSCIPS ( $n = 21$ ).

Estilos e/ou estratégias de <i>coping</i>	Abrigo OSCIP							
	Participantes							
	Contato direto com abrigados				Contato indireto com abrigados			
	M	SD	Mínimo	Máximo	M	SD	Mínimo	Máximo
Focalizado no problema	27,7	8,2	10	39	31,5	6,2	19	38
Focalizado na emoção e adaptativo	18,6	5,6	8	27	22,4	2,9	20	28
Focalizado na emoção e desadaptativo	17,2	4,5	10	26	20,0	6,0	14	28

Nota: M – Média, SD – Desvio Padrão.

Em ambos os grupos de participantes de abrigo OSCIP o estilo e/ou estratégia de *coping* mais utilizado foi o focalizado no problema. Observou que as maiores médias (com menor dispersão) foram obtidas por aqueles que estabelecem contato indireto com os abrigados ( $M = 31,5$ ) e os participantes de contato direto com os abrigados apresentaram a segunda maior média ( $M = 27,7$ ). Esses dados sugerem que os participantes de contato indireto possuem mais estratégias de *coping* do que os participantes de contato direto com os abrigados.

#### 4.4 Regressão Linear para os fatores preditores de estresse

Foi realizada a análise de regressão linear com o objetivo de determinar o efeito das variáveis: tipo de abrigo, grupo de profissionais de contato direto e indireto com os abrigados (função), escolaridade, jornada de trabalho, *coping* focalizado no problema,

*coping* focalizado na emoção e adaptativo e *coping* focalizado na emoção e desadaptativo no nível de estresse.

A regressão linear mostrou que essas variáveis preveem o nível de estresse, pois o modelo foi estatisticamente significativo ( $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,559$ ). Assim, esse modelo explica 55,9% da variância no nível de estresse e, a partir dele, pode-se verificar que o estilo de *coping* desadaptativo ( $\beta = 0,444$ ;  $p = 0,005$ ) é preditor do nível de estresse. Nesse sentido, à medida que o participante utilize mais o estilo e/ou estratégia de *coping* focalizado na emoção e desadaptativo (uma unidade), há uma previsão de aumento do seu estresse (0,44 unidade). A Tabela 13 apresenta o resultado da análise da regressão linear considerando as variáveis independentes selecionadas para a equação de regressão.

Tabela 13

*Regressão Linear: variáveis preditoras do estresse*

<b>Variáveis</b>	<b>Beta</b>	<b>p-valor<sup>a</sup></b>
<i>Coping</i> focalizado na emoção e desadaptativo	0,444	< 0,0001
Jornada de trabalho	-0,114	0,030
Escolaridade	-0,215	0,057
Tipo Abrigo	-0,289	0,0009

<sup>a</sup>significância.

Nota-se que o tipo de abrigo também foi uma variável que previu o nível de estresse, porém de modo negativo, ou seja, ao diminuir 01 unidade, a tendência é aumentar 0,289 unidade na medida do estresse.

Das sete variáveis incluídas na análise, três não contribuíram para a explicação da variação do estresse: tipo de função, *coping* focado no problema e *coping* focado na emoção e adaptativo.

#### 4.5 Correlações entre o estresse e os de estilo e/ou estratégia de *coping*

A análise de correlação foi realizada pelo coeficiente de correlação de *Spearman*, devido ao número amostral da presente investigação. Os coeficientes de correlação obtidos entre os estilos e/ou estratégias de *coping* e o estresse mostram com que intensidade essas variáveis se associam. Nesse sentido, as associações foram analisadas tanto em relação à intensidade e direção da correlação, quanto à sua significância estatística, adotando os critérios de Dancey e Reidy (2004). A Tabela 14 mostra as correlações entre estilos e/ou estratégias de *coping* e estresse.

Tabela 14

*Correlação de Spearman entre estilos e/ou estratégias de coping e estresse (N = 45)*

<b>Estilos de <i>Coping</i></b>	<b>Estresse</b>
Focalizado no problema	0,363*
Focalizado na emoção e adaptativo	0,284
Focalizado na emoção e desadaptativo	0,598**

\* $\rho \leq 0,05$ ; \*\*  $\rho \leq 0,001$ .

Pode-se observar a partir da Tabela 14, que houve correlação estatisticamente significativa entre dois estilos de *coping* e estresse. Essas associações foram positivas, indicando que, à medida que aumenta o nível de estresse, há uma tendência de aumentar as estratégias de *coping*, sendo que o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo tende a aumentar mais do que o *coping* focalizado no problema, devido à intensidade da sua associação com o estresse ser maior (Dancey & Reidy, 2004). O *coping* focalizado na emoção e adaptativo não se associou significativamente ao estresse.

Os resultados indicam que a correlação existe, mas somente em dois estilos de *coping* ela se mostrou significativa, indicando que hipótese nula foi refutada. Todas as correlações apresentadas foram positivas, indicando que ambas as variáveis analisadas

aumentam ou diminuem conforme a variação da outra, isto é, se o  *coping*  aumenta, o estresse também aumenta.

#### **4.6 Análises entre os grupos de participantes de contato direto e indireto com abrigados e entre os tipos de abrigo (filantrópico e OSCIP) de acordo com os escores da *Impact of Event Scale (IES)* e o *COPE Breve***

Foi utilizado o teste *Mann-Whitney* para analisar as diferenças entre os grupos de participantes de contato direto e indireto com os abrigados de acordo com os resultados obtidos na escala IES e no COPE Breve. A Tabela 15 apresenta os resultados obtidos utilizando média, desvio padrão e teste de *Mann-Whitney*.

Tabela 15

*Teste Mann-Whitney entre os grupos de participantes de contato direto e indireto com abrigados (n = 45)*

	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>SD</b>	<b>U</b>	<b>p-valor</b>
<b>Estresse</b>					
Participantes de contato direto com abrigados	34	22,4	19,0		
Participantes de contato indireto com abrigados	11	24,7	19,8	168,0	0,616
<b>Coping focalizado no problema</b>					
Participantes de contato direto com abrigados	34	21,3	6,5		
Participantes de contato indireto com abrigados	11	28,0	5,4	132,0	0,145
<b>Coping focalizado na emoção e adaptativo</b>					
Participantes de contato direto com abrigados	34	20,7	5,1		
Participantes de contato indireto com abrigados	11	29,8	3,6	111,5	0,045*
<b>Coping focalizado na emoção e desadaptativo</b>					
Participantes de contato direto com abrigados	34	22,3	5,4		
Participantes de contato indireto com abrigados	11	25,0	5,3	165,0	0,559

Nota: SD – Desvio Padrão, U - teste *Mann-Whitney*, p – significância.

\*U ≤ 0,05; \*\* U ≤ 0,001.

Observou-se que a variável *coping* focalizado na emoção e adaptativo apresentou a maior média entre as variáveis analisadas e na comparação entre os grupos de participantes. O grupo de contato indireto apresentou média de 29,8 pontos ( $SD = 3,6$ ), superior ao grupo de contato direto com abrigados ( $M=20,7$ ). Esses escores demonstram que existem diferenças estatisticamente significativas ( $p \leq 0,05$ ) entre o grupo de participantes de contato indireto e os de contato direto com os abrigados, sendo que o grupo de contato indireto apresentou *coping* focalizado na emoção e adaptativo significativamente maior que o grupo de contato direto, evidenciando uma diferença entre os grupos de contato direto e indireto com os abrigados.

Também foi utilizado o teste *Mann-Whitney* para analisar as diferenças entre os tipos de abrigo: filantrópico e OSCIP de acordo com os resultados obtidos na escala *Impact of Event Scale* (IES) e no COPE Breve. A Tabela 16 apresenta os resultados obtidos utilizando média, desvio padrão e teste de *Mann-Whitney*.

Tabela 16

*Teste Mann-Whitney entre os tipos de abrigos: filantrópico e OSCIP*

	<i>N</i>	<i>Média</i>	<i>SD</i>	<i>U</i>	<i>p-valor</i>
Estresse					
Abrigo filantrópico	24	29,2	17,3		
Abrigo OSCIP	21	15,8	15,0	101,0	0,001**
<i>Coping</i> focalizado no problema					
Abrigo filantrópico	24	25,9	4,32		
Abrigo OSCIP	21	19,6	7,73	182,0	0,110
<i>Coping</i> focalizado na emoção e adaptativo					
Abrigo filantrópico	24	23,9	4,7		0,615
Abrigo OSCIP	21	21,9	5,1	230,0	
<i>Coping</i> focalizado na emoção e desadaptativo					
Abrigo filantrópico	24	27,5	4,9		0,012*
Abrigo OSCIP	21	17,7	5,1	142,0	

Nota: *SD*– Desvio Padrão, *U* - Teste *Mann-Whitney*, *p-valor* – significância.

\* $U \leq 0,05$ ; \*\*  $U \leq 0,001$ .

Observou-se que para a variável estresse, os participantes de abrigos filantrópicos obtiveram média de 29,2 pontos ( $SD = 17,3$ ); enquanto os participantes de abrigos OSCIPS tiveram média de 15,8 pontos ( $SD = 15,8$ ). Esses escores demonstram que existem diferenças estatisticamente significativas ( $\leq 0,001$ ) entre os tipos de abrigos, isto é, os abrigos filantrópicos apresentaram estresse significativamente muito maior comparado aos abrigos OSCIPS.

Analisando o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo, os participantes de abrigos filantrópicos obtiveram média de 27,5 pontos ( $SD = 4,9$ ); enquanto os participantes de abrigos OSCIPS tiveram média de 17,7 pontos ( $SD = 5,1$ ). Esses escores demonstram que existem diferenças estatisticamente significativas ( $p \leq 0,05$ ) entre os tipos de abrigos,

sendo que, os abrigos filantrópicos apresentaram *coping* focalizado na emoção e desadaptativo significativamente maior que os abrigos OSCIPS, evidenciando uma diferença entre os abrigos.

## 5. Discussão

O objetivo do presente estudo foi verificar e analisar os níveis de estresse percebido e o estilo e/ou estratégia de *coping* dos profissionais das equipes de abrigos institucionais infantojuvenis. Para alcançar esses objetivos, foram utilizados quatro instrumentos: Ficha de caracterização do abrigo institucional, Ficha de caracterização do participante, a escala *Impact of Event Scale* (IES) e o inventário COPE Breve.

Os instrumentos IES e o COPE Breve foram validados e testados em diferentes populações e apresentaram resultados confiáveis em sua utilização, os parâmetros metodológicos de adaptação para a língua portuguesa são recomendados para este fim. Dessa maneira, os instrumentos escolhidos para esse estudo já foram adaptados e utilizados em outros países, o que certifica sua fidedignidade para os resultados.

Os 45 profissionais que participaram desse estudo estavam distribuídos em quatro abrigos institucionais localizados na Região Metropolitana de Campinas/SP, sendo dois filantrópicos e dois OSCIPS (Tabela 3). A composição da equipe de profissionais, regulamentada pela Resolução nº 130, de 2005 do CNAS e as características internas conforme as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução nº 109, 2009) foram respeitadas pelos quatro abrigos institucionais.

A partir das análises dos dados sociodemográficos foi traçado o perfil do profissional dos abrigos institucionais. A maior parte é do gênero feminino (71%), com 39 anos de idade, casada e/ou em união estável, com filhos e escolaridade de nível superior completo ou incompleto. A jornada de trabalho predominante foi de 31 a 40 horas semanais, o tempo que desempenhavam suas funções foi em média seis anos, a maioria (53,3%) trabalhava diretamente com os abrigados e o tempo de trabalho no abrigo foi, em média, de quatro anos (Tabela 8).

No que se referiu à amostra masculina, 28,8% dos profissionais eram do gênero masculino, com idade média de 40 anos, em sua maioria casados e/ou em união estável e o nível de escolaridade predominante foi o superior incompleto, cumprindo jornada de trabalho de acima de 40 horas semanais.

Para Moreira (2016), esse perfil indica que ainda hoje, o abrigo institucional associa a figura feminina ao cuidado, principalmente em abrigos que atendam bebês e crianças pequenas. E em abrigos que recebem adolescentes a figura masculina associa-se à imagem de uma postura um pouco mais rígida, para a imposição de limites, perpetuando estereótipos referentes às figuras feminina e masculina na sociedade (Cavalcante & Corrêa, 2012).

Neste estudo, um abrigo se destacou referente a essa questão com a função de agente de proteção social, que tem como atividade acompanhar os adolescentes em atividades fora do abrigo, em que é necessário ter atenção e controle para que os abrigados não deixem de realizar ou se dispersem dos objetivos propostos dessas saídas do abrigo.

A questão sobre a escolaridade indicou que mais da metade dos participantes possui escolaridade acima da exigida para as funções executadas. Observou-se que muitos participantes na função de educador/cuidador possuem formação acadêmica em Psicologia, Serviço Social e Pedagogia. As orientações técnicas do CONANDA (Resolução nº 109, 2009) sobre essa função determinam como escolaridade mínima o ensino médio completo, com capacitação específica em cuidados básicos de crianças e adolescentes, não existindo uma formação acadêmica específica exigida para essa função.

No entanto, somente o nível de escolaridade não prepara os profissionais para as necessidades específicas das crianças, dos adolescentes e de suas famílias de origem. Os profissionais citados anteriormente estão diariamente em contato direto com os abrigados, demonstrando a importância da capacitação continuada no contexto de abrigo para o

desenvolvimento de uma prática adequada, além do conhecimento sobre o ECA, programas de auxílio, políticas públicas, drogas, sexualidade, desenvolvimento humano, entre outros assuntos pertinentes a esse contexto, e que devem ser atualizados constantemente (Brito & Souza, 2011).

Para Bazon e Biasoli-Alves (2000), os cursos de capacitação deveriam ser incentivados, assim como espaços para troca de experiências entre os profissionais, no entanto, a maioria dos cursos, palestras e eventos relacionados à capacitação para esses profissionais ocorre durante o horário de trabalho, o que pode se configurar como uma situação impeditiva para a participação desses profissionais. Ainda assim, se faz necessário que os profissionais participem de cursos de capacitação e busquem conhecimento para suas práticas.

Neste estudo, pôde-se analisar o aspecto da rotatividade de profissionais em abrigos institucionais. Os participantes trabalham nos abrigos, em média, há quatro anos, tempo que não pode ser considerado como de grande rotatividade. Mesmo essa questão sendo analisada em relação aos educadores/cuidadores, a média apresentada foi de dois anos e seis meses no mesmo abrigo e função, não confirmando a maioria dos achados na literatura consultada sobre a rotatividade nesse contexto (Almeida, 2016; Poletto, Koller & Dell’Aglia, 2009).

A baixa rotatividade de profissionais nos abrigos participantes colabora com a comunicação entre os profissionais, com o desenvolvimento adequado do Plano Individual de Atendimento (PIA), no planejamento de atividades e ações. Há também a questão da estabilidade financeira e profissional que promove a segurança para o exercício profissional.

Em relação às crianças e adolescentes abrigados, essa baixa rotatividade pode trazer um sentimento de segurança e pode proporcionar a formação de vínculo com o

profissional, visto que estão afastadas de suas famílias de origem e necessitam de cuidados e atenção. O serviço de abrigamento não deve substituir a família de origem, mas os profissionais são incentivados a contribuir para um ambiente familiar, no qual as necessidades específicas de cada um dos abrigados deve ser suprida da melhor maneira. A baixa rotatividade dos abrigos deste estudo demonstra a possibilidade de práticas continuadas que favorecem a todos os envolvidos (Cavalcante & Corrêa, 2012; Moreira, 2016).

Considerando que o contexto de abrigos institucionais infantojuvenis exige dos profissionais certa urgência nas resoluções e no atendimento das necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias, o contato diário direto ou indireto com esses em suas práticas, somados à jornada de trabalho e à vida pessoal, podem ser considerados eventos estressores. Para analisar e compreender o nível de estresse em que se encontram os profissionais de abrigos foi utilizado como referencial os níveis de estresse proposto por Horowitz et al. (1979) na escala IES.

Os resultados indicaram que os maiores escores se referem ao nível de estresse *evento estressor de impacto* em participantes que têm contato direto com os abrigados em abrigos OSCIPS (10) e, nível de estresse *evento estressor de impacto grave*, naqueles (9) que trabalham em contato direto com os abrigados, em abrigos filantrópicos (Tabela 9).

Esses escores demonstram que o grupo de contato direto de abrigos OSCIPS está na chamada *fase de resistência*, na qual há um desgaste do organismo por tentar restabelecer o equilíbrio interno, resistindo ao fator estressante, utilizando de mecanismos para controlar o estresse. E o grupo de contato direto de abrigos filantrópicos está na chamada *fase de exaustão*, associada ao processo de adoecimento, com sintomas de alteração de sono, irritabilidade, perda de concentração e desenvolvimento de doenças cardiovasculares, úlceras gástricas e depressão, segundo Lipp (2002).

Para Margis, Picon, Cosner e Silveira (2003), se as respostas aos eventos estressores forem ativadas constantemente e com intensidade, o organismo pode sofrer um esgotamento de recursos e conseqüentemente o nível de estresse pode aumentar, causando maiores prejuízos ao profissional. Neste estudo, observou-se também que profissionais de contato direto de abrigos filantrópicos (n = 7) se alocaram no nível de estresse *evento estressor de impacto marcante*, denominado por Lipp (2002) de *fase de quase exaustão*, na qual o organismo teria dificuldades para adaptar-se aos eventos estressores, sem conseguir gerenciar a tensão e realizar as atividades diárias. Assim, esses profissionais correm o risco de elevar seu nível de estresse.

A função do *cuidar* para autores como Camelo e Angerami (2004) e Lima (2012) pode ser considerada um fator estressor, devido às responsabilidades, urgências nas resoluções de problemas, excesso de preocupações e de tarefas, resultando em insatisfação, esgotamento emocional, que pode prejudicar o exercício da função, interferindo nas resoluções diárias e nas demandas dos abrigados a serem atendidas. O processo de estresse será compreendido, desencadeado e desenvolvido de maneiras diferentes para cada profissional, de acordo com suas vivências, experiências e subjetividade, conseqüentemente as respostas, os esforços adaptativos também serão distintos.

Para explicar os estilos e/ou estratégias de *coping* serão discutidos os escores a partir das três subescalas de COPE: a) *focalizado no problema* – considerado positivo; b) *focalizado na emoção e adaptativo* – considerado positivo e pode afetar a ação e c) *focalizado na emoção e desadaptativo* – considerado negativo. Buscou-se, dessa maneira, identificar os estilos e/ou estratégias mais utilizados pelos profissionais de abrigos (Brasileiro & Costa, 2012; Carver, 1997; Kluwe-Schiavon et al., 2011).

Neste estudo, o estilo e/ou estratégia de *coping* mais utilizado pelos participantes (n = 42) foi o focado no problema e, ao se dividir os grupos de participantes em contato

direto e indireto com os abrigados e por tipos de abrigos: filantrópicos e OSCIPS, o *coping* focalizado no problema permanece como o mais utilizado (Tabela 10). Para Antoniazzi et al. (1998), a função desse estilo e/ou estratégia de *coping* seria a de alterar o evento estressor existente, na situação que deu início à tensão, buscando alterá-la, o que justificaria os níveis de estresse apresentados pelos participantes: evento estressor de impacto (n = 10) e evento estressor de impacto grave (n = 9).

A análise mais detalhada da subescala *coping* focalizado no problema, também forneceu o dado desta ser composta por cinco escalas: *coping* ativo, planejamento, busca de suporte social por razões instrumentais, busca por suporte social por razões emocionais e reinterpretação positiva; das 14 escalas do COPE Breve (Brasileiro & Costa, 2012). Sendo assim, essas escalas demonstram especificamente quais estratégias os participantes mais recorreram para lidar com os eventos estressores.

O *planejamento* foi a estratégia mais utilizada da subescala *coping* focalizado no problema (55 pontos) pelos participantes, isto é, ocorre uma estratégia de ação, um planejamento de soluções para os eventos estressores em conjunto com um plano de ação, levando em consideração as consequências destes. A segunda estratégia mais utilizada foi o *coping ativo* (45 pontos), que consiste em colocar em prática ações para atenuar, diminuir os eventos estressores, a terceira estratégia mais utilizada pelos participantes foi a *reinterpretação positiva* (44 pontos), que consiste em reinterpretar o evento estressor de maneira positiva, favorável (Carver et al., 1989).

As três estratégias mais utilizadas da subescala *coping* focalizado no problema, demonstram que os participantes consideram os eventos estressores mutáveis, compreendem que são capazes de controlar os mesmos e procuram agir de maneira positiva e flexível em suas práticas profissionais diárias. Esse resultado corrobora com os escores encontrados no nível de estresse, os participantes ao buscarem informações

relativas ao evento estressor para compreenderem o que está ocorrendo, almejando remover, atenuar ou melhorar os efeitos deste, através de planejamento de estratégias de ação, poderiam elevar o nível de estresse conforme tentam encontrar estratégias de enfrentamento.

Para analisar se haveria diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de participantes de contato direto e indireto com os abrigados e também se haveria diferenças entre os tipos de abrigos: filantrópico e OSCIP foi utilizado o teste *Mann-Whitney*, levando em conta os resultados obtidos na escala IES e no COPE Breve.

O resultado demonstrou que participantes de contato indireto com os abrigados apresentam *coping* focalizado na emoção e adaptativo significativamente maiores que o grupo de contato direto. Os participantes de contato indireto buscam estratégias consideradas positivas para enfrentar os eventos estressores, como, por exemplo, a aceitação que os eventos estressores são reais, a expressão de sentimentos considerados negativos e desagradáveis, a utilização de piadas sobre determinada situação e a busca de conforto, auxílio na religiosidade, exercem atividades administrativas ou externas, não mantendo um contato direto com os abrigados e suas famílias (Tabela 15).

Em relação às diferenças entre os tipos de abrigos, o resultado demonstrou que os abrigos filantrópicos apresentaram estresse significativamente muito maior e, *coping* focalizado na emoção e desadaptativo também significativamente maiores que os abrigos OSCIPS (Tabela 16). As condições oferecidas para os profissionais exercerem suas práticas nesses locais podem ser consideradas eventos estressores e, nesse caso, a estratégia utilizada *coping* focalizado na emoção e desadaptativo confirmaria os achados na análise desse item, uma vez que essa estratégia é considerada a mais prejudicial por não oferecer possibilidades assertivas para o enfrentamento (Carver et al., 1989).

Na análise das variáveis preditoras do estresse (Tabela 13), quatro variáveis: *coping* focalizado na emoção e desadaptativo ( $p \leq 0,0001$ ), tipos de abrigos ( $p = 0,0009$ ), jornada de trabalho ( $p = 0,030$ ) e escolaridade ( $p = 0,057$ ) foram responsáveis por 69,96% da variância no estresse ( $R^2$ ). Foi verificado que o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo e os tipos de abrigos apresentaram maior significância estatística, demonstrando serem os preditores mais significativos para o estresse, isto é, um nível de estresse mais elevado poderia estar diretamente relacionado a essas variáveis.

Ao se falar de abrigo como um preditor de estresse, fala-se das condições oferecidas para os profissionais exercerem suas práticas, tais como infraestrutura, remuneração, jornada de trabalho, quantidade adequada de profissionais para desenvolverem atividades, incentivos a capacitação continuada, fatores que podem ser considerados como eventos estressores e, serão percebidos, interpretados pelos profissionais de acordo com a percepção de cada um deles.

A preocupação com o bem estar das crianças e adolescentes sob seus cuidados, as necessidades de cada abrigado e, por vezes, de sua família, o excesso de atividades a ser desempenhada pelos profissionais dentro e fora do abrigo, a carga horária semanal, as cobranças constantes por parte da instituição, além das exigências pessoais, revelam que esses profissionais têm um desgaste físico, psíquico e emocional muito grande durante a sua jornada de trabalho. Para Cavalcante e Corrêa (2012) e Moreira (2016), essa proximidade com os abrigados diariamente pode causar vulnerabilidade emocional nos profissionais e pode vir a afetar suas práticas em relação a esses.

Já autores como Bazon e Biasoli-Alves (2000) explicam que o ideal é que os profissionais deem sentido à sua prática, procurando perceber o real objetivo do seu trabalho e como este pode ou não influenciar os abrigados. Na maioria das vezes, durante a sua jornada de trabalho, esses profissionais não dispõem de uma infraestrutura para troca

de conhecimento, exposição dos desafios enfrentados diariamente e acabam contando somente com seus próprios recursos para executar seu trabalho.

Por essa razão, a escolaridade também ser um dos preditores do estresse é consoante com o que foi exposto sobre os dois primeiros preditores: abrigo e jornada de trabalho. Neste estudo, 60% dos participantes possuem nível superior, seja completo ou incompleto, indicando que dispõem de qualificação para desenvolverem as atividades referentes às suas funções, no entanto, somente a capacitação não prepara os profissionais para o dia a dia do abrigo, a experiência, as habilidades adquiridas no decorrer da prática é que podem trazer subsídios para que esses profissionais lidem com os eventos estressores e utilizem estratégias de enfrentamento adequadas.

Para Almeida (2016) e Cavalcante e Corrêa (2012), as orientações técnicas (Resolução nº 109, 2009) ressaltam a importância da educação, da capacitação continuada para os profissionais de abrigos institucionais, seja por meio de cursos, seminários, palestras ou treinamentos específicos, principalmente para os profissionais de contato direto com os abrigados, que ficam expostos diariamente às demandas desses e às exigências dos abrigos. A aquisição de conhecimento adequado para as demandas diárias dos profissionais é de suma importância. Apesar disso, na maioria das vezes a jornada de trabalho não permite que haja tempo para a capacitação e os abrigos nem sempre conseguem liberar seus profissionais durante o expediente para participarem de cursos.

Nessa perspectiva, Cavalcante e Corrêa (2012) e Dias (2016) consideram que exige-se dos profissionais cargas afetivas, cognitivas e físicas consideradas excessivas, que podem levar a um desgaste acumulado e conseqüentemente ao adoecimento. No caso deste estudo, levaria ao aumento do nível de estresse.

Considerando o exposto, o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo ter apresentado maior significância estatística e uma relação positiva com o estresse contribui

com a ideia de que nem sempre o que está prescrito nas normas e nos manuais de orientação para as práticas profissionais torna-se possível de ser colocado em prática no cotidiano. Autores como Halpern, Leite e Moraes (2015) afirmam haver uma linha tênue entre a realidade profissional e a pessoal, e, devido a esse fato, nem sempre os profissionais estão preparados para lidar com as demandas dos abrigados e controlar os sentimentos que surgem desse contato tão próximo.

O *coping* focalizado na emoção e desadaptativo ser um preditor do estresse demonstra que os profissionais de abrigos podem negar a existência dos estressores, buscam alternativas para afastar da mente, evitam ter contato e, quando essas estratégias não são suficientes, a tendência à auto crítica e ao uso de substâncias psicoativas pode ser uma alternativa. Esse estilo e/ou estratégia de *coping* pode ser considerado o mais prejudicial para os profissionais, visto que pode causar prejuízos a si mesmos ou para outros, no nosso caso as crianças e adolescentes abrigados.

A última análise a ser discutida é a correlação de *Spearman* entre estilos e/ou estratégias de *coping* e estresse. Constatou-se que todos os estilos e/ou estratégias de *coping* se correlacionam com o estresse positivamente, entretanto o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo apresenta uma significância estatística maior com o estresse (Tabela 14).

Os valores das correlações não foram muito fortes: a) o *coping* focalizado no problema quando correlacionado com estresse apresentou uma correlação fraca, b) o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo quando correlacionado com estresse apresentou uma correlação moderada e c) o *coping* focalizado na emoção e adaptativo a correlação foi considerada insignificante ( $<0,3$ ).

Os resultados obtidos demonstram a importância dos profissionais de abrigos se capacitarem e disporem de espaço para que possam ser ouvidos, expor experiências e falar

sobre o dia a dia com os abrigados. Através das análises constatou-se também que alguns profissionais dos abrigos institucionais necessitam de auxílio para compreenderem o que ocorre em seu dia a dia e como podem lidar ou não com os eventos estressores, devido ao alto nível de estresse (*evento estressor de impacto grave*).

## 6. Considerações finais

O presente estudo objetivou verificar os níveis de estresse percebido e os estilos e/ou estratégias de *coping* dos profissionais das equipes de abrigos institucionais infantojuvenis. A maior dificuldade na consecução de tal objetivo foi a escassez de estudos relativos a essa população e, por conseguinte, a interlocução com a literatura da área.

Contudo, os resultados mostraram-se significativos para responder às questões da pesquisa e aumentar o conhecimento sobre o tema. As conclusões elencadas a seguir traduzem essa contribuição:

- A maioria dos participantes foi do gênero feminino.
- Os níveis de estresse percebidos foram maiores nos participantes que têm contato direto com os abrigados.
- Os níveis de estresse percebido foram maiores para os participantes que atuam em abrigos institucionais infantojuvenis filantrópicos.
- As estratégias de *coping* mais utilizadas tanto pelos participantes de abrigos filantrópicos, quanto pelos de abrigos OSCIPS foi o *coping* focalizado no problema.
- As variáveis preditoras de estresse foram o tipo de abrigo, a jornada de trabalho, a escolaridade e o *coping* focalizado na emoção e desadaptativo.
- Entre os estilos de *coping*, aquele com maior correlação com o estresse foi o focalizado na emoção e desadaptativo.

A partir dessas conclusões, acredita-se na possibilidade e necessidade de estudos futuros que se debrucem sobre as condições de saúde dessa população, pesquisando as funções, de modo específico, e suas relações com os diferentes tipos de abrigos.

Somente a avaliação da saúde dos profissionais de abrigos institucionais infantojuvenis filantrópicos e OSCIPS poderá gerar ações e políticas adequadas para detectar as necessidades de aprimoramento e/ou programas de capacitação profissional, contribuindo, em última análise, para a qualidade da assistência às crianças e adolescentes abrigados.

## 7. REFERÊNCIAS

- Almeida, V. de P. (2016). Formação e Capacitação dos profissionais das casas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: as oficinas de dinâmica de grupo coconstruindo saberes. In M. I. C. Moreira,, A. P. C. P. Passos, & V. P. Almeida, (Orgs.), *Cuidar de Quem Cuida: Trabalhadoras e Trabalhadores no Acolhimento Institucional* (pp. 67 – 94). 1ª edição, Curitiba: editora CRV.
- Antoniazzi, A. S., Dell’Aglia, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 3(2),273-294.  
doi: 10.1590/S1413-294X1998000200006
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75. doi:10.1590/S1414-98932003000100010
- Azevedo, E. de A. (s/d). *Organizações Sociais*. Recuperado de <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm>
- Baptista, M. V. (2010). Um olhar para a história. In M. V. Baptista (coord.) *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 25 – 38). Coleção Abrigar 1, 2ª edição, São Paulo: Instituto Camargo Corrêa/ NECA. Recuperado de <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/abrigo-miolo.pdf>
- Barros, N. S. (2014). *Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de [http://r1.ufrrj.br/wp/ppgpsi/wp-content/uploads/Documento\(2\).pdf](http://r1.ufrrj.br/wp/ppgpsi/wp-content/uploads/Documento(2).pdf)

- Bazon, M. R., & Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 199-204. doi: 10.1590/S0102-79722000000100020
- Brasileiro, S. V., & Costa, L. R. R. S. (2012). *Adaptação Transcultural e Propriedades Psicométricas do COPE Breve em uma Amostra Brasileira*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Goiás, Goiânia). Recuperado de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3351>
- Brito, C. V. de, & Souza, J. C. (2011). Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Psicologia: teoria e prática*, 13(1), 89-100. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n1/v13n1a07.pdf>
- Camelo, S. H. H., & Angerami, E. L. S. (2004). Sintomas de estresse nos trabalhadores atuantes em cinco núcleos de saúde da família. *Revista Latino-americana Enfermagem*, 12(1), 14-21. doi:10.1590/S0104-11692004000100003
- Carver, C. (1997). You want to measure coping but your protocol's too long: consider the brief COPE. *International Journal of Behavioral Medicine*, 4(92). doi: 10.1207/s15327558ijbm0401\_6
- Carver, C. S., Scheier, M. F., & Weintraub, J. K. (1989). Assessing coping strategies: a theoretically based approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 267-283. Recuperado de <http://www.psy.miami.edu/faculty/ccarver/documents/p89COPE.pdf>
- Carreirão, U. L. (2004). Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. In E. R. A. Silva (Coord.), *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp. 303-324). Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=5481](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5481)

- Cavalcante, L. I. C., & Corrêa, L. da S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 494-517. doi:10.1590/S0100-15742012000200010
- Compas, B. E., Connor-Smith, J. K.; Saltzman, H.; Thomsen, A. H., & Wadsworth, M. E. (2001). Coping with stress during childhood and adolescence: problems, progress and potential in theory and research. *Psychological Bulletin*, 127(1), 87-127. doi: 10.1037/0033-2909.101.3.393
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2004). *Estatística sem matemática para Psicologia: usando SPSS para Windows* (3ª ed). Porto Alegre: ArtMed.
- Dias, M. D. A. (2016). A saúde do trabalhador da casa de acolhimento institucional. In M. I. C. Moreira, A. P. C. P. Passos, & V. de P. Almeida (Orgs.), *Cuidar de Quem Cuida: Trabalhadoras e Trabalhadores no Acolhimento Institucional* (pp. 95-112). Curitiba: editora CRV.
- Dias, M. S. L., & Silva, R. S. B. (2012). O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. *Universidade Tuiuti do Paraná*, Curitiba, Ciência e Cultura, 45, 177-188. Recuperado de [http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo\\_4/tcc\\_45\\_Mestrados/pdfs/art10\\_maria\\_ssar.pdf](http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_45_Mestrados/pdfs/art10_maria_ssar.pdf)
- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, Brasil (1990). Diário Oficial da União, Brasília, DF: Palácio do Planalto. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)
- Ferreira, J. A. (2016). As narrativas dos operadores da medida de acolhimento institucional: entre os textos legais e as práticas cotidianas. In M. I. C. Moreira, A. P. C. P. Passos, & V. P. Almeida (Orgs.), *Cuidar de Quem Cuida: Trabalhadoras e Trabalhadores no Acolhimento Institucional* (pp. 43-66). Curitiba: editora CRV.

- Filho, I. M. M., & Almeida, R. J. (2016). Estresse ocupacional no trabalho em enfermagem no Brasil: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira Promoção Saúde, Fortaleza*, 29(3), 447-454. Recuperado de <http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/4645/pdf>
- Filho, M. C. F., & Filho, E. J. M. A. (2013). *Planejamento da Pesquisa Científica*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo; Atlas.
- Guará, I. M. F. R. (2010). Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação. In M. V. Baptista (Coord.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 59-72). (Coleção Abrigar 1, 2ª ed.), São Paulo: Instituto Camargo Corrêa/ NECA.
- Gulassa, M. L. C. R. (2010). A fala dos abrigos. In M. V. Baptista (Coord.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 49-57) (Coleção Abrigar 1, 2ª ed.), São Paulo: Instituto Camargo Corrêa/ NECA.
- Halpern, E. E., Leite, L. M. C., & Moraes, M. C. M. B. (2015). Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real. *Trabalho, Educação e Saúde*, 13(Suppl. 1), Rio de Janeiro. doi: 10.1590/1981-7746-sip00033
- Horowitz, M., Wilner, N., & Alvarez, W. (1979). Impact of Event Scale: A measure of subjective stress. *Psychosomatic Medicine*, 41, 209-218. Recuperado de <http://psychotherapy-center.com/counseling-issues/trauma-and-stressors/ptsd-post-traumatic-stress-disorder-therapy/measuring-the-emotional-impact-of-an-event/>
- Kluwe-Schiavon, B., Fabres, C. S., Daruy-Filho, L., & Grassi-Oliveira, R. (2011, out). Adequação da Brief COPE como medida de coping traço. In *XII Salão de Iniciação Científica PUCRS*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Recuperado de <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/SIC/XII/XII/6/7/2/3.pdf>

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.

<http://www.springerpub.com/stress-appraisal-and-coping.html>

Lei Complementar Estadual nº 870, Diário Oficial do Estado de São Paulo (2000). São

Paulo, Governo do Estado de São Paulo. Recuperado de

<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>

Lei nº 9.790, Brasil (1999). Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito

privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse

Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9790.htm)

Lei nº 12.010, Brasil (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho

de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992;

revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da

Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de

1º de maio de 1943; e dá outras providências. Recuperado de

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)

Lima, S. C. C. (2012). O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica. *Revista*

*Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(2), 203-215. Recuperado de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-)

[66572012000200006&lng=pt&tlng=pt.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200006&lng=pt&tlng=pt)

Lipp, M. E. N. (2000). *O Stress está dentro de você* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.

Lipp, M. E. N. (2002). *O estresse do professor*. Campinas: Papirus.

Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores

de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista Brasileira de*

*Crescimento Desenvolvimento Humano*, 21(3), 818-831. doi:10.7322/jhgd.20034

- Margis, R., Picon, P., Cosner, A. C., & Silveira, R. O. (2003). Relação entre estressores, estresse e ansiedade. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(Suppl. 1), 65-74. doi: 10.1590/S0101-81082003000400008
- Massola, R. M. (2007). Estress "Versus" Qualidade de Vida: Uma Abordagem para Educadores. In R. Vilarta (Org.), *Alimentação Saudável, Atividade Física, Qualidade de Vida* (pp. 133-150). Recuperado de [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000399280](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000399280)
- Minayo, M. C. de S.(org.); Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2000). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (34ª ed.). Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- Moreira, M. I. C. (2016). Trabalhadoras e Trabalhadores nas Casas de Acolhimento Institucional: diagnóstico e perspectivas. In M. I. C. Moreira, A. P. C. P. Passos, & V. P. Almeida (Orgs.), *Cuidar de Quem Cuida: Trabalhadoras e Trabalhadores no Acolhimento Institucional* (pp. 15-42). Curitiba, editora CRV.
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, Brasil (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretária Nacional de Assistência Social Sistema Único de assistência Social – SUAS. Brasília-DF. Recuperado de <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB- RH.pdf>
- Oliveira, R. J., & Cunha, T. (2014). Estresse do profissional de saúde no ambiente de trabalho: causas e consequências. *Caderno Saúde e Desenvolvimento*, 3(2). Recuperado de <https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/cadernosaudedesenvolvimento>
- Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, resolução nº 109, Brasil (2009). Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Secretaria Especial dos Direitos Humanos-SEDH, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança

- e do Adolescente - CONANDA e o Conselho Nacional Assistência Social – CNAS. Brasília – DF. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>
- Padrinho nota 10 (2015). Lista de Abrigos. Recuperado de <http://www.padrinhonota10.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes&Estado=SP>
- Poletto, M., Koller, S. H., & Dell’Aglío, D. D. (2009). Eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Porto Alegre. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 455-466. doi: 10.1590/S1413-81232009000200014
- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasil (2013). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome - MDS. Brasília – DF. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf/view>
- Rizzini I., & Rizzini I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente – Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora PUC-Rio, Loyola.
- Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Brasil (2013). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília – DF. Recuperado de [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)
- Selye, H. (1956). *Stress: A Tensão da Vida*. São Paulo: Ibrasa.
- Simões, R. L. (2012). *Estratégias de coping em profissionais de uma instituição de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei* (Dissertação de

- Mestrado em Ciências, Programa Enfermagem Psiquiátrica, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto). doi: 10.11606/D.22.2012.tde-16012013-102501
- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell’Aglío, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Internamerican Journal of Psychology*, 40(2), 149-158. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28440202>
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. doi: 10.1590/S0102-71822006000100010
- Silva, A. C. O., Nardi, A. E., & Horowitz, M. (2010). Versão brasileira da Impact of Event Scale (IES): tradução e adaptação transcultural. *Revista Psiquiatria Rio Grande do Sul*, 32(3), 86-93. doi: 10.1590/S0101-81082010000300005
- Silva, A. M. B., & Enumo, S. R. F. (2014). Estresse, Autorregulação e Estratégias de Enfrentamento. In *Encontro Paranaense, Congresso Brasileiro, Convenção Brasil-Latinomérica de Psicoterapias Corporais, XIX, XI, III*. Anais, Curitiba: Centro Reichiano. Recuperado de <http://www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais>
- Silva, E. R. A., & Mello, S. G. (2004). Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada”. In E. R. A. Silva (Coord.), *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp. 21-39). Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=5481](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5481)
- Wallon, H.(1968). *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wallon, H. (1975). *Psicologia e educação da Infância*. Lisboa: Editorial Estampa.

## **Apêndices**

## Apêndice I

### TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

#### I. Dados de Identificação da Instituição

Nome da Instituição:

Nome do Responsável pela Instituição:

#### II. Dados sobre a pesquisa

Título da pesquisa: Estresse e *Coping* em Profissionais de Abrigos Institucionais.

Pesquisadores responsável: Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota

Orientadora: Profa. Dra. Helena Bazanelli Prebianchi

#### III. Informações

Esta Instituição está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Assinando este termo de consentimento estará declarando que está ciente de que:

1. O objetivo do estudo será identificar, descrever e analisar variáveis relacionadas a eventos estressores e enfrentamento do estresse.
2. A instituição será chamada para autorizar a participação da sua equipe de profissionais nos procedimentos da pesquisa. Cada procedimento corresponde a momentos onde os profissionais estarão respondendo a questionários com o auxílio da pesquisadora responsável. A aplicação destes questionários poderá ser realizado em pequenos grupos e terá no máximo uma hora de duração, em cada uma dessas etapas. Todos os procedimentos da pesquisa serão realizados no acolhimento institucional.
3. Os procedimentos e instrumentos de análise utilizados seguem as normas éticas e não oferecem riscos previsíveis. Autorizando a participação da sua equipe de profissionais no processo, você terá o benefício direto de receber os resultados obtidos nas avaliações, juntamente com orientações.
4. O sigilo quanto à identificação será mantido. Todas as informações coletadas serão estritamente confidenciais e os resultados serão descritos, de forma geral e não individual, na dissertação de mestrado da aluna Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota, como um dos

requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia do Curso de Pós-Graduação da PUC-Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Helena Banzanelli Prebianchi.

5. Sua participação será voluntária. A instituição está livre para interromper a qualquer momento sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo. A instituição não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, nem receberá qualquer pagamento.

6. Os participantes que demonstrarem algum desconforto ou mobilização emocional mais intensa, durante as etapas da pesquisa, serão encaminhados, pela pesquisadora (que é psicóloga), para atendimento psicológico adequado, no Serviço de Psicologia da PUC-Campinas, telefone (19) 33436846.

7. Se desejar, poderá entrar em contato com a pesquisadora **Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota**, no telefone (19) 981473673, e-mail: **rosangelapagnota@hotmail.com**, endereço **Av. John Boyd Dunlop, s/n - Jardim Ipaussurama, Campinas - SP, 13060-904**, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 as 17h00. Este termo é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá com a instituição e outra com a pesquisadora.

8. Este termo é feito em duas vias, sendo que uma permanecera com você e outra com a pesquisadora.

#### **IV. Consentimento pós-esclarecido**

Tendo em vista todas as informações apresentadas e lidas atentamente por mim, eu \_\_\_\_\_ responsável legal por \_\_\_\_\_, abaixo assinado, livre e de forma esclarecida, concordo em participar da pesquisa descrita.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável  
Abrigo Institucional

\_\_\_\_\_  
Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota  
Pesquisadora

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Apêndice II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### I. Dados de Identificação do Participante

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

#### II. Dados sobre a pesquisa

Título da pesquisa: Estresse e *Coping* em Profissionais de Abrigos Institucionais.

Pesquisadores responsável: Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota

Orientadora: Profa. Dra. Helena Bazanelli Prebianchi

#### III. Informações

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Assinando este termo de consentimento estará declarando que está ciente de que:

1. O objetivo do estudo será identificar, descrever e analisar variáveis relacionadas a eventos estressores e enfrentamento do estresse.
2. Você será chamado para participar dos procedimentos da pesquisa. Cada procedimento corresponde a momentos onde você estará respondendo a questionários com o auxílio da pesquisadora responsável. A aplicação destes questionários poderá ser realizada em pequenos grupos e terá no máximo uma hora de duração, em cada uma dessas etapas. Todos os procedimentos da pesquisa serão realizados no acolhimento institucional.
3. Os procedimentos e instrumentos de análise utilizados seguem as normas éticas e não oferecem riscos previsíveis. Participando do processo, você terá o benefício direto de receber os resultados obtidos nas avaliações, juntamente com orientações.
4. O sigilo quanto à identificação será mantido. Todas as informações coletadas serão estritamente confidenciais e os resultados serão descritos, de forma geral e não individual, na dissertação de mestrado da aluna Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia do Curso de Pós-Graduação da PUC-Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Helena Banzanelli Prebianchi.

5. Sua participação será voluntária. Você está livre para interromper a qualquer momento sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo. Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, nem receberá qualquer pagamento.

6. Os participantes que demonstrarem algum desconforto ou mobilização emocional mais intensa, durante as etapas da pesquisa, serão encaminhados, pela pesquisadora (que é psicóloga), para atendimento psicológico adequado, no Serviço de Psicologia da PUC-Campinas, telefone (19) 33436846.

7. Se desejar, poderá entrar em contato com a pesquisadora **Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota, no telefone (19) 981473673, e-mail: rosangelapagnota@hotmail.com, endereço Av. John Boyd Dunlop, s/n - Jardim Ipaussurama, Campinas - SP, 13060-904, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 as 17h00.** Este termo é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá com a instituição e outra com a pesquisadora.

8. Este termo é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá com você e outra com a pesquisadora.

#### **IV. Consentimento pós-esclarecido**

Tendo em vista todas as informações apresentadas e lidas atentamente por mim, eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, livre e de forma esclarecida, concordo em participar da pesquisa descrita.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota  
Pesquisadora

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Apêndice III

#### Ficha de Caracterização do Abrigo Institucional

Razão Social/ Nome Fantasia:	
Número de Acolhidos:	Faixa Etária:
Acolhidos portadores de necessidade especial:	Tipo de Instituição: <input type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Filantrópica <input type="checkbox"/> Privada
Data da Fundação:	Localidade:
<p>Equipe de Funcionários em números:</p> <input type="checkbox"/> Coordenador <input type="checkbox"/> Equipe Técnica <input type="checkbox"/> Educador/Cuidador <input type="checkbox"/> Auxiliar de Educador/Cuidador Outros:  Total:	<p>Infraestrutura em números:</p> <input type="checkbox"/> Quartos <input type="checkbox"/> Refeitório <input type="checkbox"/> Sala de Estar <input type="checkbox"/> Cozinha <input type="checkbox"/> Sala Equipe Técnica <input type="checkbox"/> Banheiro <input type="checkbox"/> Sala Administração <input type="checkbox"/> Área de Serviço <input type="checkbox"/> Sala de Reunião <input type="checkbox"/> Área externa <input type="checkbox"/> Sala de Estudo Outros:
<input type="checkbox"/> Voluntários Colaboradores Externos:	Transporte:
Acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais. <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

## Apêndice IV

### Ficha de Caracterização do Participante

Nome:	
Idade:	Gênero: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Outros _____	Escolaridade: <input type="checkbox"/> Completa <input type="checkbox"/> Incompleta Formação: _____ <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Técnico <input type="checkbox"/> Ensino Superior
Filhos: _____	
Função que ocupa no abrigo:	Tempo na função (em anos):
Tempo de trabalho no abrigo (em anos):	Jornada diária de trabalho:
Número de subordinados: Diretos: _____ Indiretos: _____	

## Apêndice V

### IMPACT OF EVENT SCALE – IES

Abaixo há uma lista de comentários feitos por pessoas após terem passado por um evento de vida estressante. Por favor, verifique cada um dos itens, indicando com que frequência esses comentários foram verdadeiros para você **DURANTE OS ÚLTIMOS SETE DIAS**. Se eles não ocorreram nesse tempo, por favor, marque a coluna “nunca”.

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente
1. Pensei sobre isso quando não tinha intenção.				
2. Evitei me deixar chatear quando pensei sobre isso ou fui lembrado disso.				
3. Tentei tirar isso da memória.				
4. Eu tive problemas para adormecer ou permanecer dormindo por causa das imagens ou pensamentos que surgiam em minha mente.				
5. Tive ondas de fortes sentimentos sobre isso.				
6. Eu tive sonhos sobre isso.				
7. Fiquei afastado do que me lembraria disso.				
8. Senti como se isso não tivesse acontecido ou não tivesse sido real.				
9. Tentei não falar sobre isso.				
10. Imagens sobre isso invadem minha mente.				
11. Outras coisas continuam me fazendo pensar sobre isso.				
12. Eu estava consciente de que eu ainda tinha muitos sentimentos sobre isso, mas eu não lidei com eles.				
13. Eu tentei não pensar sobre isso.				
14. Qualquer lembrete trazia de volta os sentimentos sobre isso.				
15. Meus sentimentos sobre isso estavam meio anestesiados.				

Adaptação Silva, Nardi & Horowitz (2010).

## Apêndice VI

### COPE Breve

#### COPE Breve

Estamos interessados em saber a maneira como você está tentando lidar com uma situação difícil. Cada item abaixo refere-se a uma maneira específica de lidar com essa situação. Avalie cada item separadamente, respondendo com as opções 1, 2, 3 ou 4 dentro dos parênteses. Responda as questões da forma mais sincera possível.

1 = Não tenho feito de jeito nenhum

2 = Tenho feito um pouco

3 = Tenho feito mais ou menos

4 = Tenho feito bastante

- ( ) 1. Tenho me dedicado ao trabalho ou outras atividades para me distrair.
- ( ) 2. Tenho concentrado meus esforços para fazer alguma coisa em relação à situação na qual me encontro.
- ( ) 3. Tenho dito a mim mesmo(a): “isto não é real”.
- ( ) 4. Tenho consumido álcool ou outras drogas/medicamentos para me sentir melhor.
- ( ) 5. Tenho recebido apoio emocional de outras pessoas.
- ( ) 6. Estou desistindo de enfrentar a situação.
- ( ) 7. Tenho tomado alguma atitude para tentar melhorar a situação.
- ( ) 8. Tenho me negado a acreditar que essa situação tenha acontecido.
- ( ) 9. Tenho dito coisas para extravasar meus sentimentos desagradáveis.
- ( ) 10. Tenho recebido ajuda e conselhos de outras pessoas.
- ( ) 11. Tenho consumido álcool ou outras drogas/medicamentos para me ajudar a superar a situação.
- ( ) 12. Tenho tentado enxergar a situação de outra forma para fazê-la parecer mais positiva.
- ( ) 13. Tenho me criticado.
- ( ) 14. Tenho tentado criar uma estratégia em relação ao que fazer.
- ( ) 15. Tenho recebido conforto e compreensão de alguém.
- ( ) 16. Estou desistindo de tentar enfrentar a situação.

- ( ) 17. Tenho tentado enxergar algo de bom no que está acontecendo.
- ( ) 18. Tenho feito piadas sobre a situação.
- ( ) 19. Tenho feito coisas para pensar menos na situação como ir ao cinema, ver TV, ler, sonhar acordado(a), dormir ou ir às compras.
- ( ) 20. Tenho aceitado a realidade do fato acontecido.
- ( ) 21. Tenho expressado meus sentimentos negativos.
- ( ) 22. Tento tentado encontrar conforto em minha religião ou crenças espirituais.
- ( ) 23. Tenho tentado obter conselho ou ajuda com outras pessoas sobre o que fazer.
- ( ) 24. Tenho aprendido a conviver com esta situação.
- ( ) 25. Tenho pensado bastante sobre os passos que irei dar.
- ( ) 26. Tenho me culpado pelas coisas que aconteceram.
- ( ) 27. Tenho orado ou meditado.
- ( ) 28. Tenho ridicularizado a situação.